

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA LINDA SALAMUNI BACILA

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Rua Lauro d' Almeida, 205 – Jardim Monte Carlo – Fone: 3227-1226 –

email-celindabacila@ig.com.br

lindabacila@gmail.com

Cep: 84072-308

PONTA GROSSA – PARANÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PONTA GROSSA

2010

SUMÁRIO

I	APRESENTAÇÃO-----	4
II	FUNDAMENTOS LEGAIS DO PPP-----	5
III	IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA-----	6
1	Dados Gerais-----	6
2	Organização Interna da Escola-----	8
2.1	Conselho Escolar-----	8
2.2	Direção-----	9
2.3	Equipe Pedagógica-----	9
2.4	Corpo Docente-----	9
2.5	Setor Técnico-Administrativo-----	10
2.6	Órgãos Auxiliares-----	11
2.6.1	Associação de Pais, Mestres e Funcionários-----	11
2.6.2	Grêmio Estudantil-----	12
2.7	Estratégias e/ou Ações para Articulação com as Famílias e a Comunidade-----	13
3	Fundamentação Teórica-----	14
3.1	Filosofia Educacional-----	14
3.2	Princípios Norteadores-----	15
3.3	Objetivos Gerais-----	15
3.4	Diretrizes de Ação do Estabelecimento-----	16
IV	MARCO SITUACIONAL -----	17
1	Organização dos Espaços Escolares-----	18
2	Recursos Tecnológicos-----	18
3	Sala de Recursos-----	18
4	Sala de Apoio a Aprendizagem-----	18
5	EJA(Educação de Jovens e Adultos-----	18
6	Parte Diversificada do Ensino Fundamental e Médio-----	19
V	MARCO CONCEITUAL-----	19
VI	MARCO OPERACIONAL-----	21
1	Forma de Gestão-----	21
2	Formação Continuada-----	23
3	Ações Relativas à Recuperação de Estudos dos Alunos-----	24
4	Especificação das Linhas de Ação para o Trabalho Pedagógico, Administrativo, Financeiro e Político-Educacional-----	24
4.1	Dimensão Administrativa-----	24
4.2	Dimensão Pedagógica-----	26
4.3	Dimensão Financeira-----	27

		3
4.4	Dimensão Político-Educacional-----	28
5	Étnico-Raciais-----	28
6	Educação Ambiental-----	30
7	História do Paraná-----	31
8	História do Povo Indígena do Brasil-----	33
9	Especificações de Ações Voltadas para a Qualificação dos Equipamentos-----	33
10	Especificação das Ações que Envolvem Outras Instituições-----	34
11	Diretrizes para Avaliação Institucional da Escola e para Avaliação Geral de Desempenho dos Docentes, Pedagogos e Funcionários-----	34
VII	PROJETOS ANUAIS-----	35
VIII	RELAÇÃO DOS ATOS LEGAIS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO-----	36
IX	REFERÊNCIAS-----	37
Anexo 1	Projeto Atletismo no Colégio-----	39
Anexo 2	Projeto Leitura na Escola-----	42
Anexo 3	Projeto Precuni-----	45
Anexo 4	Plano de Trabalho PDE 1-----	48
Anexo 5	Plano de Trabalho PDE 2-----	57
Anexo 6	Plano de Trabalho PDE 3-----	64
Anexo 7	Plano de Trabalho PDE 4-----	76

I. APRESENTAÇÃO

A tentativa de reler a história da educação e da escola, desmistificando-a, desvendando os possíveis obstáculos para que nossa ação, enquanto educador, se baseie em possibilidades viáveis, afastando ilusões que alienam uma práxis determinada, é uma exigência. Refutamos assim, tanto o “otimismo pedagógico proveniente da concepção iluminista/liberal do século XIX, que colocou a escola como proposta de redenção da humanidade pelas luzes da civilização, como também o pessimismo pedagógico que se seguiu, quando evidentemente a escola não correspondeu a essa proposta, sendo acusada de inviabilidade e obsolescência como instituição” WACHOWICZ (1989, p. 57).

Nesse sentido, lançamo-nos na construção de um projeto político pedagógico crítico e emancipador. Esse processo, construído coletivamente nos momentos que envolveram a comunidade escolar em estudos e reflexões sobre a prática desta instituição de ensino, tem a perspectiva de atingir a sociedade e a educação.

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico o colégio discutiu e expôs, de forma clara, valores coletivos delimitando prioridades, definindo os resultados desejados, incorporando a autoavaliação ao trabalho em função do conhecimento da comunidade em que atuamos e de nossa responsabilidade para com ela.

Buscamos organizar a escola como um espaço vivo, onde a cidadania possa ser exercida a cada momento e, desse modo aprendida, fazendo com que as crianças e jovens se apropriem do espaço escolar e reforcem os laços de identificação com o colégio.

O sucesso do P.P.P. dependerá do convívio em grupo produtivo e cooperativo. Dessa forma são fundamentais as situações em que se possa aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso nas tarefas conjuntas. É essencial aprender procedimentos dessa natureza e valorizá-los como forma de convívio escolar e social.

Determinar objetivos não basta para que as mudanças ocorram, o processo é bem mais amplo, precisamos saber quais as necessidades humanas que irão determinar os objetivos educacionais. Para tanto, se faz necessário conhecer o contexto, a realidade, o que dispomos e o que realmente pretendemos realizar. Conhecendo a realidade individual e social do ambiente escolar poderemos buscar caminhos para melhorar e chegar à tão almejada qualidade do ensino.

Daí a necessidade de criar-se um Projeto Político Pedagógico, ou seja, um caminho a seguir, com metas e objetivos próprios ao contexto em que se pretende desenvolvê-lo.

Nessa perspectiva de transformação elaboramos o P.P.P do nosso Colégio, buscando melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional, de forma que possamos garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade e atualidade, incentivando o aperfeiçoamento dos professores, promovendo o entrosamento entre todos os profissionais atuantes na escola, incentivando o apoio comunitário, desenvolvendo objetivos comuns na comunidade escolar além de garantir a melhoria e o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

II. FUNDAMENTOS LEGAIS DO PPP

A construção do Projeto Político Pedagógico é uma exigência legal, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, que em seu artigo 12, inciso I, prevê que, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, tem incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96-, no seu Artigo 12, propõe uma ação coletiva para a construção do Projeto Político Pedagógico, com a participação de todos os sujeitos em todas as decisões, formando uma rede capaz de orientar direcionar e dar sentido ao compromisso assumido coletivamente. Isto é, cabe a todos, a responsabilidade de elaborar e cumprir o plano de trabalho da escola; construindo assim, o planejamento participativo e a estratégia de ação a ser desenvolvida pelo coletivo da instituição.

O artigo 5º do Regimento Escolar deste estabelecimento de ensino prevê a implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, o qual deve ser elaborado coletivamente.

DELIBERAÇÃO 014/99 DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-

Estabelece indicadores para a elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. Conforme os artigos :

Art. 1.o A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino deverá ser elaborada contemplando os aspectos contidos na Indicação nº. 004/99 que a esta se incorpora.

Art. 2.o A elaboração da proposta pedagógica, envolverá todos os segmentos da comunidade escolar.

Art. 3.o O estabelecimento de ensino organizará, em proposta pedagógica única, os cursos ofertados em níveis e modalidades diversas.

Art. 4.o A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino equacionará tempo e espaço, visando a seleção dos conhecimentos científicos e procedimentos de avaliação, promovendo a aquisição de conhecimentos, competências, valores e atitudes previstas para a Educação Básica.

Os princípios que norteiam o Projeto Político Pedagógico partem da Constituição Federal de 1988 e, também, da LDB 9394/96, sendo eles: a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a qualidade do ensino para todos, tanto a formal ou técnica, quanto a política.

III. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1. Dados Gerais

Endereço: Rua Lauro D'Almeida, 205 – Jardim Monte Carlo - Cep: 84072-308

Município: Ponta Grossa

Fone/Fax: (42) 3227-1226

E-mail: celindabacila@ig.com.br; lindabacila@gmail.com

Núcleo Regional de Educação: Ponta Grossa

Código do Estabelecimento: 02818

Dependência Administrativa: Secretaria Estadual de Educação do Paraná SEED/PR.

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Regime de Tempo Escolar: Seriado

Organização curricular: Por Disciplinas

Oferta de Ensino: Fundamental, Médio e EJA.

Tunos de Funcionamento: Manhã, tarde e noite.

Número de Turmas: 30

Histórico do Estabelecimento:

Através da Resolução 540/93 de 12 de fevereiro de 1993, a escola foi criada e autorizada a funcionar nos termos da legislação vigente com o nome de Escola Estadual Jardim Monte Carlo – Ensino de 1º Grau, com a forma gradativa de ensino, no período diurno, para o ano de 1994.

A Resolução nº 4006/94 alterou a Resolução anterior no que se refere à forma gradativa de ensino, ficando assim autorizada à implantação de 5ª a 8ª série de forma simultânea para o ano de 1994. Em 15 de Dezembro de 1993, através da Resolução nº 6810/93, a Escola Estadual Jardim Monte Carlo – Ensino de 1º Grau passa a denominar Escola Estadual Professora Linda Salamuni Bacila – Ensino de 1º Grau, em homenagem à professora Linda Salamuni Bacila, de tradicional família ponta-grossense e com currículo exemplar, que faleceu no ano de 1989.

A partir do ano de 1995 a Escola Estadual Linda Salamuni Bacila passou a funcionar no período noturno através da autorização na Resolução 6502/94 da SEED.

Em 1998 recebeu a denominação da Escola Estadual Professora Linda Salamuni Bacila – Ensino Fundamental, e através da Resolução 2177/2002 passa ofertar Ensino Médio, passando a denominar-se Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila – Ensino Fundamental e Médio.

Descrição dos espaços físicos e dos recursos materiais existentes

Atualmente o Colégio está estruturado em seu espaço físico da seguinte forma: área total de 13.500 m²; área construída em alvenaria com 500 m² e construção de madeira com aproximadamente 250m², assim distribuídos: sala da equipe pedagógica, sala dos professores, secretaria, saguão coberto e fechado, um almoxarifado para merenda escolar, um almoxarifado para materiais de limpeza, um banheiro masculino, três banheiros femininos, secretaria, biblioteca (local improvisado junto à sala de informática), um laboratório de ciências, química e biologia em alvenaria, nove salas de aula sendo cinco de alvenaria e quatro de madeira, laboratório de informática, banheiro para professores e funcionários,

almoxarifado de documentos inativos e ainda quadra poliesportiva coberta e uma quadra de voleibol.

Como recursos materiais podemos citar vários: armários de aço, mesas, escrivaninhas, quadros-negros, estantes, cadeiras, geladeira, liquidificador, rack, fogão semi industrial, freezer, bebedouro, alarme, copiadoras, conjuntos escolares, retroprojetores, antenas parabólicas, Tvs, vídeos cassetes, microcomputadores, impressoras, CPUs, teclados, monitores, globo, linha telefônica, amplificadores, caixas acústicas, relógios, aparelho de som, kit multimídia, faxmodem, mycro system, mesa de tênis de mesa, corta legumes, câmera fotográfica, suporte de TV e vídeo, bebedouro, enceradeiras.

2. Organização Interna da Escola

2.1. Conselho Escolar:

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores do Colégio, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

O Conselho Escolar é constituído pelas seguintes categorias: pelo diretor, pelos representantes da Equipe Pedagógica; equipe administrativa, pelos representantes dos professores atuantes em sala de aula, pelos representantes de alunos do ensino fundamental e médio, pelos representantes de pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados.

Tem como atribuições: analisar e aprovar o Plano Anual do Colégio; acompanhar e avaliar o desempenho do Colégio face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas na Proposta Pedagógica; analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação e aprovar se for o caso; apreciar e julgar em grau de recurso os casos dos alunos que forem punidos por infringirem as normas do Colégio; apreciar e emitir parecer quanto às reivindicações e consultas da comunidade escolar, sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do Regimento Escolar; apreciar e aprovar o Plano de Aplicação de Prestação de Contas de Recursos Financeiros; apreciar e emitir parecer sobre o desligamento de um ou mais membro do Conselho Escolar, na ocasião do não cumprimento das normas estabelecidas no Regimento e Escolar, encaminhando-o ao órgão competente.

O funcionamento do Conselho Escolar segue as normas estabelecidas em regulamento próprio.

2.2. Direção:

Direção Geral	Miguel Dombrowski	QPM
Direção Auxiliar	Lurdes Thomaz	QPM

2.3. Equipe Pedagógica:

Pedagoga	Andrea de Fátima Mendes	QPM
Pedagoga	Glorinha de Jesus de Almeida da Costa	QPM
Pedagoga	Joana D'Arc Aparecida Ferreira	QPM
Pedagoga	Maria Marilei Soistak	QPM
Pedagoga	Viviane Serenato Spak	QPM
Pedagoga (subst. L.G.)	Patrícia Valentim de Oliveira	PSS

2.4. Corpo docente:

Arte	Irene de Jesus França	SCO2	Ensino Médio
	Andrea de Fátima Mendes	SCO2	Ensino Fundamental
	Josane Messias Taborda	SCO2	Ensino Fundamental e Médio
	Lurdes Thomaz	SCO2	Ensino Médio
	Norberto Luiz Pisacco	SCO2	Ensino Fundamental
	Rosana Teresa Szancosk	SCO2	Ensino Fundamental
	Valéria Pedroso Walchaki	SCO2	Ensino Médio
	Letícia Lopes	PSS	Ensino Fundamental
Biologia	Jacqueline Maria Guimarães	QPM	Ensino Médio
Ciências	Silmara Ruiz	QPM	Ensino Fundamental
	Rosana Teresa Szancosk	SCO2	Ensino Fundamental
	Sandra Mara Chagas	QPM	Ensino Fundamental
	Marina Bilobrovec	QPM	Ensino Fundamental
	Daiane Milena Freitas	PSS	Ensino Fundamental
Educação Física	Geraldo Dias Pedroso	QPM	Ensino Fundamental e Médio
	Samuel Scheiffer	SCO2	Ensino Fundamental e Médio
	Gilmara Aparecida Borato	QPM	Ensino Médio
	Marcelo Rugiski	SCO2	Ensino Fundamental
Espanhol	Antenor Cesar Camargo	QPM	Ensino Médio
	Telma Mara Bueno da Costa	QPM	Ensino Médio

Ensino Religioso	Lurdes Thomaz	SC02	5ª e 6ª Série Ens. Fund.
	Norberto Luiz Pisacco	QPM	6ª Série Ensino. Fund
	Wilson Joanin Rodrigues	PSS	5ª e 6ª Série Ens. Fund
Filosofia	Lurdes Thomaz	SC02	Ensino Médio
	Ricardo Costa Pereira	PSS	Ensino Médio

Física	Neli Garcia Catossi	QPM	Ensino Médio
Geografia	Adealdo José A. dos Santos	QPM	Ensino Fundamental
	Irene de Jesus França	QPM / SC02	Ensino Fundamental
	Airton de Jesus Farias	QPM	Ensino Fundamental
História	Darcy Viglus	QPM/SC02	Ensino Fundamental e Médio
	Josane M. Taborda	QPM	Ensino Fundamental e Médio
	Norberto Luiz Pisacco	QPM	Ensino Fundamental
	Fábio Maurício Holzmann Maia	QPM	Ensino Fundamental e Médio
Inglês	Isabel Cristina Vollet Marson	PSS	Ensino Fundamental e Médio
	Verena Bastos Schederski	QPM	Ensino Fundamental
	Rita de Cassia Fidelix	QPM	Ensino Fundamental e Médio
	Eveline de Barros	PSS	Ensino Médio
Língua Portuguesa	Maristel Sauer	QPM	Ensino Fundamental e Médio
	Antenor Cesar Camargo	QPM	Ensino Fundamental
	Elionai P. Ferreira	QPM	Ensino Fundamental
	Reginalda Vargas	QPM	Ensino Fundamental
	Paola Scheiffer	QPM	Ensino Fundamental e Médio
	Telma Mara Bueno da Costa	QPM	Ensino Médio

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Geografia	Cristiane Ap ^a Venturato Pereira	PSS	Ensino Fund. e Médio
História	Lana Mara Chrestani	PSS	Ensino Fund. e Médio
Educação Física	Suzana Tozetto	PSS	Ensino Fund. e Médio
Química	Elisandra C. Martins	PSS	Ensino Médio
Inglês	Roselis Marra	PSS	Ensino Fund. e Médio

2.5. Setor Técnico-Administrativo

Auxiliar Operacional	Cecília Rita Harteskoff	QFEB
	Claudineia Ap. Pinheiro	PSS

	Marli de Fátima Santana Neuri Terezinha Carvalho Sirlene F ³ Romblesperger Terezinha Maria da Silva Vera Lúcia da Silva Zeliete Vieira da Rosa	CLAD QFEB CLAD CLAD PSS QFEB
Secretária	Denis Akemi Caetano Ota	QFEB
Técnico Administrativo	Anderson Clayton Slonik Cristiane Kaminoski Ednéia Fátima Gregolin Márcia Adriane Caetano Pinto Wânia Maria Ferreira	QFEB QFBE QFEB QFEB QFEB
Assistente de Execução	Josélia M. M. Siqueira	QFEB

2.6. Órgãos Auxiliares

2.6.1 Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A APMF é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão associativo, constituído pelos pais ou responsáveis dos alunos matriculados e frequentando normalmente as aulas, pelos membros do corpo docente e funcionários e tem como finalidade principal, a integração Escola-família-comunidade, bem como a promoção de atividades que gerem algum benefício educacional, social, desportivo ou cultural para os alunos e/ou suas famílias.

A A.P.M.F. é regida por estatuto próprio, aprovado pela direção do colégio e pelo colegiado, através de Assembleia.

A A.P.M.F. no seu âmbito de ação discute sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola-comunidade, emitindo sugestões, em consonância com a proposta pedagógica para apreciação do Conselho Escolar e equipe-pedagógica-administrativa; presta assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar em consonância com a proposta pedagógica do colégio; busca a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando a realidade da comunidade;

proporciona condições ao educando, para participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização em Grêmios Estudantis e apoiando-o em suas atividades; representa os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade do ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal; promove o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativa-cultural-desportivas, ouvido o Conselho Escolar; busca e administra os recursos financeiros próprios e os que lhe forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em ata; colabora com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre a comunidade para a importância desta ação.

A contribuição da A.P.M.F. é voluntária não podendo estar vinculada ao ato de matrícula podendo acontecer em qualquer época do ano letivo, pode esta contribuição ser em moeda corrente ou outras formas de arrecadação, tais como: materiais de consumo, de expediente e serviços.

2.6.2. Grêmios Estudantis

É a organização de estudantes na escola. Ele é formado exclusivamente por alunos, de forma independente, desenvolvendo atividades culturais e esportivas, produzindo jornal, organizando debates sobre assuntos de interesse dos estudantes, que não fazem parte do Currículo Escolar, e também organizando reivindicações, tais como compra de livros para a biblioteca, transporte gratuito para estudantes, e muitas outras coisas.

O Grêmios é muito importante, pois ele é um órgão reconhecido de apoio à Direção Escolar.

O Grêmios Estudantil não tem caráter político partidário, religioso, racial e é um órgão sem fins lucrativos.

A organização e atividades do Grêmios são estabelecidas em seu estatuto. A aprovação do Estatuto, a escolha dos dirigentes e dos representantes é realizada pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

São sócios do Grêmios todos os alunos matriculados e com frequência regular.

Os representantes do Grêmios não podem utilizar seu horário de aulas para reuniões e quaisquer atividades sem autorização da direção e do professor da turma. O Conselho de

Representantes de Turmas é a instância intermediária e deliberativa do Grêmio e será constituído pelos representantes de turmas eleitos pelos alunos de cada turma em voto secreto.

O estabelecimento de ensino não se responsabiliza pelas dívidas ou outros compromissos assumidos pelo Grêmio. A realização de qualquer evento nas dependências do colégio deve ser precedida de autorização do Conselho Escolar.

As atividades do Grêmio são supervisionadas pelo Conselheiro ao qual compete:

- Acompanhar as atividades do Grêmio;
- Informar ao Diretor do colégio as atividades do Grêmio;
- Apresentar sugestões para o melhor funcionamento do Grêmio e seu relacionamento com a Direção do Colégio;
- Comunicar com antecedência à Direção seu afastamento;
- Responder junto às instituições bancárias pela abertura e movimentação de conta corrente do Grêmio Estudantil.

O Grêmio possui estatuto próprio o qual, é um documento que estabelece as normas sob as quais o Grêmio vai funcionar, explicando como serão as eleições, a composição da Diretoria e a atuação do mesmo.

2.7. Estratégias e/ou Ações para Articulação com as Famílias e a Comunidade

Para promover a articulação com as famílias e a comunidade, a escola organiza Palestras educativas; Bimestralmente fazemos reuniões para conscientizar os pais sobre a responsabilidade com os filhos, além de realizar projetos sociais a fim de envolver a comunidade no ambiente escolar.

Conforme Silva (2009), o projeto político-pedagógico da escola deve ser entendido como um processo de mudança e de definição de um rumo, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

A dimensão político-pedagógica busca uma construção participativa que envolva ativamente as famílias e a comunidade, assim como internamente seus professores, alunos e equipe de gestão e administrativa.

Através de um planejamento participativo e por meio do desenvolvimento do projeto pedagógico, segundo Silva (2009), as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas

práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, suas visões de mundo, de educação e conhecimento, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Este movimento visa promover a transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário e o surgimento de uma intencionalidade política na organização do trabalho pedagógico escolar.

Para que se possa falar de um projeto, no qual há uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciação dessa intencionalidade. (...) para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade (SEVERINO, 1998, p. 89).

3. Fundamentação Teórica

3.1. Filosofia Educacional

Pretendemos propiciar ao aluno condições para o seu desenvolvimento integral, entendido como tomada de consciência a respeito de si e da realidade que o cerca, por meio de um processo que lhe permita observar, analisar, questionar, criticar, relacionar, bem como conhecer heranças históricas, culturais e científicas de seu contexto social.

Nossa filosofia educacional consiste em propiciar, ao aluno por meio do ensino a consciência de que ele tem o poder de escolher e a responsabilidade sobre as consequências de suas escolhas, diante disso temos a responsabilidade de não sermos omissos, pois os alunos pedem e precisam saber qual nossa posição sobre os problemas sociais, não no sentido de inculcação ideológica do que acreditamos, mas como alguém que tem opinião formada sobre assuntos mais emergentes e que está disposto ao diálogo, ao conflito, à problematização do seu saber.

Acreditamos que a educação não pode sozinha transformar a sociedade, mas que nenhuma mudança estrutural pode acontecer sem sua contribuição. Uma sociedade mais justa, com menos desigualdade, só será possível a partir do momento que se evidenciem conflitos, sem escondê-los ou minimizá-los, mas que os tragam à tona, para que assim a educação não

contribua como mecanismo de opressão, buscando a superação e não a manutenção do status quo.

3.2. Princípios Norteadores

Conforme artigo 4º de nosso Regimento Escolar, este estabelecimento de ensino garante o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação. Esse princípio está alicerçado em nossa filosofia educacional.

Temos também como princípio a organização democrática fundamentada no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico.

3.3. Objetivos Gerais

- Atender ao dispositivo da legislação de acordo com a LDB Lei 9394/96. Art. 12, parágrafo 1º, que diz que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta.
- Repensar, reorganizar e até mesmo prever um futuro diferente do presente, eliminando as relações competitivas, corporativas e discriminatórias.
- Construir coletivamente a identidade de uma escola pública, popular, democrática e de qualidade para todos.
- Definir uma concepção de homem, sociedade, conhecimento, educação, cultura, cidadania, ensino, aprendizagem e avaliação articulada à dimensão político-pedagógica de uma sociedade democrática.

Dentre as propostas relacionadas ao Colégio e sua organização interna e externa podemos citar objetivos como:

- Efetivar-se como um espaço de construção e reconstrução do conhecimento ampliando as perspectivas de professores e alunos.

- Aprimorar e intensificar projetos de sucesso como do Atletismo, Salas Ambiente, Leitura na Escola, Prevenção da Gravidez na Adolescência e Projetos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e Voleibol - Precuni.
- Participar mais efetivamente de propostas da SEED como o Fera e Com Ciência.
- Estimular e valorizar toda a produção dos professores e alunos, inclusive as extra classe e extra curriculares.
- Criar mecanismos para a redução da reprovação escolar, principalmente nas 5ª séries, enfrentando este problema com a participação de todos.
- Favorecer o convívio entre as diferenças através de projetos que envolvam a diversidade cultural, compreendendo a identidade ideológica, filosófica, religiosa e cultural dos alunos, professores e funcionários.
- Socializar as propostas da escola com outras instituições.
- Promover e apoiar a formação continuada dos professores e dos funcionários.
- Promover o conhecimento e autoconhecimento no ambiente educacional.
- Proporcionar aos alunos a oportunidade de desenvolver suas habilidades intra e extracurriculares.
- Propiciar evolução do cidadão como um todo, almejando um futuro melhor a partir do estudo de qualidade proporcionado pelo Colégio.
- Desenvolver o espírito crítico e responsável em todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.
- Tornar o espaço físico próprio para educação inclusiva às pessoas portadoras de necessidades especiais.

3.4. Diretrizes de Ação do Estabelecimento

O trabalho pedagógico realizado em aula está constantemente em processo reflexivo no cotidiano escolar.

A relação dos resultados destas reflexões fundamenta a legitimidade das diretrizes do Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila, pois são produções coletivas originadas de vivências, reflexões, estudos e elaborações na Escola, na Região e no Estado. Contribuem no processo, além de reuniões pedagógicas e situações específicas, os cursos de capacitação,

assim como os processos de elaboração, execução e avaliação dos Projetos Político-Pedagógicos.

As diretrizes constituem fundamento para o exercício de elaborar, aplicar e avaliar atividades de aprendizagem, transformando o fazer escolar num processo contínuo, inovador e prazeroso na construção humana, além de preocupar-se com a formação para a cidadania, pois vivemos em uma sociedade individualista e capitalista. Nossos alunos precisam estar preparados para essa nova realidade.

IV. MARCO SITUACIONAL

Atualmente observamos que a vida cotidiana foi profundamente marcada pela explosão demográfica e urbana, por revoluções socialistas e nacionais, pelas inovações científicas e tecnológicas, por mudanças nos padrões culturais, sexuais e religiosos e pela prosperidade hoje globalizada.

O mundo passa por sensível transformação em todos os setores que norteiam a vida humana. As relações sociais, culturais, econômicas, familiares e educacionais tornam-se cada vez mais instáveis e perigosas, colocando o homem na mira das injustiças.

É nesse mundo que o ser humano muitas vezes torna-se descartável. Por este motivo devemos preconizar um novo milênio sem exclusões, um tempo de dignidade humana. Nesse contexto, a sociedade vive uma profunda crise de valores. Os valores que há pouco tempo eram universais e supriam anseio de limites e regras para o bem viver, hoje se tornaram obsoletos. Certos valores foram excluídos do convívio humano. Para enfrentarmos as dificuldades oriundas dessa crise, há que se olhar à realidade de uma forma diferente, reavivar conceitos e valores que foram esquecidos.

A clientela de alunos que estão sendo atendidos por esse estabelecimento provém do Parque Nossa Senhora das Graças, Núcleo Nossa Senhora das Graças, Jardim Esplanada, Leila Maria, Jardim Los Angeles, Jardim Atlanta, Vila Isabel, Jardim Monte Carlo, Jardim Senador, Jardim Jacarandá e Jardim Filadélfia. A maioria deles, pertence à famílias de baixa renda, com nível de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental incompleto. Atuam principalmente em empresas (operários) e em serviços autônomos (trabalhos braçais, domésticos, catadores de recicláveis, etc).

1. Organização dos Espaços Escolares

As salas de aula são organizadas em Salas Ambiente, isto é, por disciplinas. Devido ao espaço físico, nem todas as disciplinas podem ser contempladas, sendo que temos as seguintes salas: de matemática/física, português, história, geografia, inglês, ciências/química/biologia, arte/artes, filosofia/sociologia, ensino religioso, educação física. Os alunos são bem receptivos a esta forma de organização, assim como os professores que têm o material para as aulas em sua sala. A maior dificuldade é o grande número de alunos por turma, acontecendo um certo tumulto nos corredores na troca das aulas, porém vemos que a continuidade desta sistemática, tem mais pontos positivos que negativos e a todo ano, há concordância pela continuidade, a qual teve sua implantação em 1995.

O Ensino Fundamental funciona no turno matutino, vespertino e noturno enquanto o Ensino Médio no matutino e noturno.

2. Recursos Tecnológicos

Na sociedade, de maneira geral, muitos são os avanços tecnológicos colocados à disposição da população. A escola pública, hoje, procura acompanhar estes avanços, colocando à disposição dos alunos as ferramentas necessárias para sua inserção na sociedade com conhecimento do manuseio e exploração dos equipamentos.

Com isso, a escola pública dá um salto de qualidade e inovação com a colocação de laboratório de informática, TV multimídia, DVDs, os quais possibilitam aulas mais criativas, além de colocar os alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos em contato direto com as novas tecnologias.

3. Sala de Recursos- atendimento matutino e vespertino conforme agendamento individual.

4. Sala de Apoio a Aprendizagem – Português e Matemática em períodos contra turno (5ª séries).

5. EJA (Educação de Jovens e Adultos)

- Oferta no Turno Noturno: Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio.

6. Parte Diversificada do Ensino Fundamental e Médio: está na Disciplina de Inglês de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental e 1º e 2º anos do Ensino Médio e no 3º ano do Ensino Médio na disciplina de Espanhol. O Ensino de Filosofia e Sociologia é ofertado como Base Nacional Comum, sendo obrigatório no Ensino Médio.

V. MARCO CONCEITUAL

Entendemos e queremos uma **sociedade** em que todos são sujeitos participativos no processo social, isto é, todos integram, interagem e tem voz e vez nesse processo que define os rumos da sociedade, do ser humano.

Numa perspectiva educacional progressista, o conceito de **homem** não se reduz ao indivíduo. Compreendemos o **homem** como um ser histórico-social, como um ser de relações efetivadas no coletivo e ao longo do tempo histórico. O homem passa a ser visto como um ser determinado por condições efetivadas da existência e capaz de intervir sobre elas.

Em decorrência disso, a **educação** passa a ser proposta como processo, individual e coletivo, de constituição de uma nova consciência social e de reconstituição da sociedade, pela rearticulação de suas relações políticas. A dimensão axiológica da educação, diz respeito às relações valorativas que são estabelecidas de diversas maneiras, em diferentes momentos do processo educativo, entre os elementos nele envolvidos: equipe pedagógica, direção, professores, funcionários, alunos, escola, comunidade e sociedade.

A **escola** tem o papel fundamental na formação de valores, pois o educando no seu dia a dia, precisa agir, saber escolher entre o que considera certo e errado, entre o bem e o mal, o justo e o injusto. É também um exercício de autonomia, uma segurança pessoal construída no cotidiano por meio do aprendizado, do pensar responsável e reflexivo, que pressupõe repertório cultural constantemente revisto.

Nessa perspectiva consideramos o **conhecimento** como um bem a ser construído partindo das experiências significativas que os alunos trazem consigo, relacionando-as com o conhecimento elaborado, discutindo de forma interdisciplinar para que o aluno possa apreender e aplicar no seu cotidiano, interagindo com a realidade e modificando-a física e mentalmente.

Dessa forma entendemos que o processo **ensino-aprendizagem** não é mecânico nem estático, pois está em constante evolução, na busca do desenvolvimento como um todo.

Segundo Libâneo o processo ensino-aprendizagem “é um processo que se caracteriza pelo desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em direção ao domínio dos conhecimentos e sua aplicação”, enquanto que aprender, para o autor seria a assimilação ativa de conhecimento e de operações mentais para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente.

A abordagem interacionista de educação valoriza o objeto, o mundo, o professor e, portanto, o conhecimento como produto acumulado pela humanidade; valoriza também o sujeito, o aluno com sua experiência de vida e sua capacidade construtiva do conhecimento.

O objetivo primordial do estabelecimento é formar cidadãos críticos e responsáveis, aptos a agir positivamente na sociedade, deixando de ser seres passivos.

Nesta proposta, a **avaliação** é compreendida como elemento integrador entre aprendizagem e ensino que envolve múltiplos aspectos. É uma ação que ocorre durante o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos, caracterizados como etapas de fechamento de trabalho. Ela subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo.

O Colégio orienta-se por uma concepção de educação centrada na formação humana, na mediação do saber historicamente produzido e na construção da cidadania, com respeito à diversidade cultural, às minorias e às diferenças raciais, étnicas e de gênero.

A prática avaliativa na educação desenvolveu-se com foco principal no processo ensino-aprendizagem, e tem sido basicamente utilizada para verificar o desempenho escolar dos alunos, tanto em sala de aula quanto em programas de avaliação de rendimento escolar em âmbito nacional (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM).

O currículo não é apenas um conjunto mecânico e estático de disciplinas. Trata-se de um instrumento dotado de grande amplitude, pois encerra a ideia de experiência.

A dinâmica do currículo está em que ele necessita da participação dos pais, professores, alunos. O currículo deve articular possibilidades, necessidades, interesses, pretensões e perspectivas da escola.

As novas tecnologias de informação e comunicação e a crescente diversidade têm sido fatores de mudanças em todos os domínios sociais, porém na escola é ainda percebida de modo problemático, etnocêntrico e assimilacionista. Problemático porque os alunos diferentes são frequentemente associados a comportamentos desviantes escapando as formas consolidadas em contextos escolares monoculturais. Etnocêntrico porque predomina a dificuldade e se trabalhar com o aluno culturalmente diferente de acordo com as referências do contexto. Assimilacionista porque o currículo orienta para a exclusiva assimilação de conhecimentos, atitudes e valores da cultura dominante, ignorando os principais traços identitários dos alunos, culturais e etnicamente diferentes.

O currículo não deve ser concebido de maneira que o aluno deva se adaptar aos moldes que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade; que cada aluno pode aprender coisas diferentes e de diferentes maneiras.

O currículo numa visão crítica rompe com o silêncio, nele as relações de poder são redimensionadas. É bem mais que uma somatória de objetivos, conteúdos e disciplinas; é bem mais que um documento.

Casagrande conceitua currículo de forma ampla e significativa com “a sequência de experiências através das quais a escola tenta estimular o desenvolvimento do aluno”. Tais experiências são planejadas e construídas tendo como pano de fundo, formas de ensinar e aprender que desempenham a trajetória do que o currículo pretende formar. Desta forma o currículo deve ser amplamente discutido, aperfeiçoado e estudado.

Primamos pela organização de conteúdos que sejam significativos para o aluno, após serem amplamente analisados buscando sempre que possível a interdisciplinariedade.

VI. MARCO OPERACIONAL

1. Forma de Gestão (Democrática)

A gestão democrática passa pela democratização da escola. Não se restringe apenas aos processos transparente e democrático ligados à função administrativa.

O Colégio Estadual Prof^a Linda Salamuni Bacila em sua proposta de administração democrática interessa-se por manter presente a significação essencialmente pedagógica dessa forma de administração. Sendo assim o administrativo-pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão onde buscamos estratégias viáveis para a resolução de problemas.

Dessa forma todos somos corresponsáveis no projeto pedagógico, dando ênfase ao trabalho cooperativo e solidário, indispensáveis à vida em sociedade.

A gestão compartilhada constitui condição de possibilidade de uma prática pedagógica progressista, que contribui para a recuperação da função social da escola, e mediatiza uma prática pedagógica qualitativamente adequada às necessidades e interesses das camadas populares que é majoritariamente a clientela que atendemos.

Temos trabalhado na proposta de que no Colégio, somos todos educadores quer seja em função administrativa ou pedagógica. Porém é uma tarefa difícil que ainda encontra resistência e dificuldade para se efetivar plenamente.

A gestão escolar é o processo que rege o funcionamento do colégio compreendendo a tomada de decisão conjunta no planejamento, na execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas pedagógicas, envolvendo a participação de toda comunidade escolar.

A participação é um princípio de democracia que necessita ser trabalhado, é algo que se aprende e se ensina. A escola é um lugar possível para essa aprendizagem, o gestor deve promover a convivência democrática no cotidiano de sua escola onde todos: professores, funcionários, pais, alunos aprendam a participar, participando. Pois é somente unindo forças, havendo troca de informações é que se vencem as dificuldades existentes dentro da escola em prol de um ensino com mais qualidade. Assim haverá uma diminuição da repetência, da evasão escolar, do comodismo e do medo, favorecendo uma aprendizagem de qualidade que transpassa os muros escolares refletindo efetivamente na sociedade.

A necessidade de todos participarem da gestão escolar é uma preocupação com a democratização do ensino. A escola não é do diretor, portanto todos têm responsabilidade co-igual sobre ela. Quando todos buscam soluções o grupo se fortalece e assim aprende também a explorar possibilidades, respeitar as diferenças e limites, usar alianças e parcerias, conquistando assim, a cidadania.

Por isso o trabalho na escola está diretamente ligado à concepção de sociedade. E sabe-se que esta concepção influencia a dinâmica escolar, pois traz conflitos de posições e rupturas com modelos tradicionais.

Na busca de qualidade, o diretor é um articulador, oferecendo condições para que o processo ensino-aprendizagem aconteça com sucesso, fazendo com que seus integrantes

gostem da escola e que os profissionais da educação sejam comprometidos, vistam a camisa da escola, da educação.

Nesta ação colegiada usa-se como instrumentos o diálogo, troca de ideias e experiências, parceria com outras entidades e com membros da comunidade nos diversos projetos organizados. Em todas as tomadas de decisão a comunidade escolar é ouvida (APMF, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, professores, alunos, funcionários), quer seja para compra de materiais, estabelecimento das diretrizes curriculares, planejamento do ano letivo dentro e fora da sala de aula, implementação de projetos.

2. Formação Continuada

O Colégio não apresenta proposta própria de Formação Continuada dos profissionais que nele atuam, mas seria interessante a organização de encontros quinzenais ou semanais que propiciassem aos interessados momentos de reflexão e troca de experiências viáveis ao desenvolvimento educacional. Para tanto seria necessária a certificação, pois como todos sabemos, tudo que envolva o profissional fora de seu horário de trabalho requer algum benefício além do formativo, pois o tempo livre dos mesmos é muito escasso.

Alguns profissionais já participaram e pretendem continuar participando dos Grupos de Estudos e do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Grupos de Trabalho em Rede (GTR), Simpósios Disciplinares oferecidos pela própria SEED, além das formações continuadas que ocorrem no decorrer do ano letivo, as quais são vistas com bons olhos por todos, pois por ser direcionada, é possível realizar um trabalho coerente e participativo, além de estar atualizando sempre conforme as alterações feitas no âmbito escolar.

Seguindo a linha de pensamento adotada pelo Colégio a fim de respaldar a aquisição do saber faz-se necessário lembrar de que se a constituição de pensamentos com significado deliberado, que caracteriza aprendizagem escolar, segundo Vigotsky é a antecipação do desenvolvimento de capacidades mentais superiores, o trabalho que o Colégio realiza é insubstituível na aquisição de competências cognitivas complexas, cuja importância vem sendo cada vez mais enfatizada.

Essa afirmação é ainda mais verdadeira para jovens provenientes de ambientes culturais e sociais em que o uso da linguagem é restrito e a sistematização do conhecimento espontâneo raramente acontece.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE

CONCLUÍDO	AFASTADO PARCIALMENTE	AFASTADO INTEGRALMENTE
Geraldo Dias Pedroso Joana D'arc Ap. Ferreira Neiva Fernandes Bittencourt Adealdo J. Antunes dos Santos Darcy Viglus Lurdes Thomaz Marta Burda Schastai		Sandra Mara Maciel Lídia Teleginski

PROFUNCIÁRIO

TÉCNICO PÓS MÉDIO EM SECRETARIA ESCOLAR	TÉCNICO NÍVEL MÉDIO INFRA-ESTRUTURA
Cristiane Kaminoski Denis Akemi Caetano Ota Ednéia Fátima Gregolin Josélia Margarida Muller Siqueira Márcia Adriane Caetano Pinto Sandra do Rocio Bertassoni Wânia Maria Ferreira	Cecília Rita Hartskoff Zeliete Vieira da Rosa

3. Ações Relativas à Recuperação de Estudos dos Alunos

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem e será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

4. Especificação das Linhas de Ação para o trabalho pedagógico, administrativo, financeiro e político-educacional**4.1. Dimensão Administrativa**

A autonomia administrativa, ou seja, a liberdade de organizar-se internamente é condição para o exercício pleno das dimensões didática e científica. A contrapartida é a responsabilidade pela eficiência na utilização de recursos humanos e materiais para cumprimento de sua missão.

O Colégio Professora Linda Salamuni Bacila oferta Ensino Fundamental (séries finais), Ensino Médio Anual por Séries e Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental e Médio (coletivo e individual).

O quadro de pessoal é composto por funcionários e professores do quadro próprio e contratados, sendo que os professores atuam em sala de aula em suas respectivas disciplinas conforme distribuição interna e via Núcleo Regional de Educação sob orientação da Direção e coordenação da Equipe Pedagógica, atendendo a legislação vigente. Os Agentes Educacionais I e II, são distribuídos em suas funções por turno e horário sob a coordenação da direção, tendo suas atividades específicas.

O patrimônio físico é gerenciado através da atualização anual por funcionário capacitado pela SEAP – Secretaria de Administração Pública – Setor Patrimônio.

É ainda atendido programas de governo como distribuição do Leite da Criança, Transporte Escolar Urbano Gratuito através da Prefeitura – Secretaria Municipal de Educação, Bolsa Família e Bolsa Família Jovem, programas estes atendidos por funcionários designados pela Direção.

A merenda escolar é investimento do governo, em benefício dos alunos do ensino fundamental e médio. É coordenado pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar. Atualmente os gêneros que fazem parte da pauta são os seguintes: Achocolatado em pó, Açúcar cristal, Almôndega Bovina, Amido de Milho, Arroz, Bebidas Lácteas, Biscoito Coco ou Leite, Biscoito Cream Craker/ Água e Sal, Biscoito tipo “It Sal”, Biscoito Maisena, BisCarne Suína, Cereais de Milho enriquecido com ferro, Chá Mate, Charque Bovino, Ervilha em Conserva, Extrato de Tomate, Farinha de Milho, Feijão carioca e preto, Fubá de Milho Comum, Leite em Pó Integral, Macarrão Espaguete, Macarrão Padre-Nosso, Conchinha ou Letrinha, Macarrão Parafuso, Milho para Canjica, Milho Verde em Conserva, Mistura para preparo de molho à bolonhesa, Mistura para preparo de picadinho, Mistura para preparo de sopa (diversos sabores), Óleo de soja,, Pescado em Conserva, Preparado para Refresco, Sagu, Sal Refinado Iodado, Salsicha Viena e Tempero em pó. O cardápio da merenda é organizado semanalmente conforme orientado pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar e colocado no mural pelas responsáveis pela merenda escolar do Colégio sob coordenação da direção.

4.2. Dimensão Pedagógica

O sentido pedagógico de nosso projeto refere-se às ações educativas e às condições necessárias para o ensino – aprendizagem, num currículo vivo e participativo que vai além das atividades desenvolvidas no interior da escola. Entre essas condições necessárias inclui-se espaço físico, material e pessoal habilitado e comprometido. Tentamos suprir as necessidades de espaço físico e material de apoio didático e equipamentos. O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo, através da organização democrática fundamentada no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas.

Assim objetivamos:

- Zelo pela conservação e bom funcionamento do estabelecimento;
- Aquisição equipamentos, materiais de laboratório e didático-pedagógico; acervo bibliográfico e vídeos educativos
- Levantamento das demandas e necessidades específicas dos professores, fornecendo orientação a respeito dos materiais disponíveis, contribuindo para que planejem sua utilização;
- Mantemos sala de Apoio à Aprendizagem para alunos com dificuldades de aprendizagens das 5ª séries do Ensino Fundamental.
- Mantemos a Sala de Recurso para alunos com: dificuldades acentuadas de aprendizagem, deficiência mental leve e distúrbios graves de aprendizagem das 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental. A Sala de Recursos é um espaço criado para atender alunos com necessidades Educacionais Especiais. São alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, egressos da Educação Especial ou os que apresentarem dificuldades acentuadas de aprendizagens e/ou deficiência mental. É um serviço educacional especializado em classe comum do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e sempre em contra-turno.

O Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila desenvolve um trabalho bastante significativo contra a evasão e exclusão escolar através do Programa FICA, uma parceria entre Escola, Conselho Tutelar e Ministério Público. O FICA é um programa do governo que tem por finalidade criar uma rede de enfrentamento à evasão e exclusão escolar,

promovendo a inserção no sistema educacional das crianças e dos adolescentes que tenham sido excluídos, por evasão ou por não acesso à escola.

Essa nova concepção de organização curricular privilegia o tratamento disciplinar dos conteúdos, contribuindo principalmente, para a aquisição de um novo saber, uma nova forma de encaminhamento metodológico, para que os professores desenvolvam suas práticas pedagógicas a favor da apreensão dos conhecimentos científico-tecnológicos, históricos, filosóficos e sociais, proporcionando ao aluno, o acesso aos saberes e conteúdos que permitam o domínio de diferentes linguagens, e por intermédio destas, garantir aos estudantes a leitura de mundo e diferentes formas de expressão sobre a sociedade em que vivem, ampliando sua visão de mundo, de homem e de escola.

Desenvolvemos desde 2009 o Projeto de Leitura na Escola envolvendo a comunidade intra e extra escolar-, com objetivo de possibilitarmos o desenvolvimento do gosto pela leitura, de maneira agradável e prazerosa.

A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional.

4.3. Dimensão Financeira

A dimensão financeira tem como captação de recursos o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Este recurso é recebido uma vez ao ano com aplicação de 50% destinado a bens permanentes e 50% para custeio (consumo, manutenção da escola).

Do Governo Estadual é recebido o Fundo Rotativo em dez (10) parcelas para manutenção, limpeza e material de consumo, ainda é recebido uma cota trimestral destinada a serviços, exclusivamente, para mão-de-obra. O Programa Viva Escola -“Esporte Social: Ações Pedagógicas na Educação Física e Esportes para a Comunidade Escolar” recebe verba estadual para a aquisição de materiais necessários.

Outros recursos são advindos das contribuições voluntárias da associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF), que arrecadados são utilizados para a melhoria da qualidade de ensino e no atendimento ao aluno carente, ouvido o Conselho Escolar.

Para a utilização dos recursos é elaborado um plano de aplicação pela Associação de Pais Mestres e Funcionários junto com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos bem como para a prestação de contas desses recursos, com registro em ata.

4.4. Dimensão Político-Educacional

O Projeto Político Pedagógico busca um rumo. Todo Projeto Pedagógico é político, pois tem uma intencionalidade, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e aos interesses reais e coletivos da população majoritária. Portanto é político em seu comprometimento com a sociedade. Politizar a escola é possibilitar ao educando, bem como toda comunidade escolar a tomada de consciência de seus direitos e deveres.

O sentido pedagógico reside na possibilidade da efetivação do papel da escola, onde são definidas ações educativas que levam a escola a cumprir esse papel, que é formação do cidadão participativo e responsável. Sendo o papel primordial da escola o ato de ensinar e de aprender.

5. Étnico-raciais

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população, de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural, afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

Um problema da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) que foi alterada pela Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003 em seu artigo 26, parágrafo 1º afirma apenas o ensino

da História da África e dos Africanos e das etnias negras no Brasil, sem mencionar o histórico da cultura e luta negra no restante da América escravista.

A Deliberação do Conselho Estadual de Educação, processo nº 880/06, Deliberação nº 04/06, aprovada em 02/08/06, comissão temporária – portaria nº 08/06, complementa de forma incisiva a Lei Federal nº 10639, valorizando a cultura afro ao lado da indígena, europeia e asiática. (Art. 1º parágrafo 2º).

Além disso, em seu Artigo 3º afirma que as mantenedoras deverão qualificar os educadores acerca dessa temática, sem prejuízo funcional ou salarial, além de em seu Parágrafo Único afirmar que este plano de capacitação deverá constar no Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino. As mantenedoras também deverão atualizar seu acesso acerca do tema.

Essa deliberação em seu artigo 8º afirma o caráter contínuo da aplicação da temática da cultura afro-descendente em todas as disciplinas escolares, onde uma equipe interdisciplinar deverá fazer o acompanhamento das atividades curriculares relativas a todo o ano letivo.

Ratificada pelo Brasil em 26 de março de 1968, a Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, afirma o caráter compensatório das políticas públicas para certos grupos étnicos, para que, ao atingir os objetivos de equilíbrio social, não sejam mais necessários esses programas.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a re-educação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

6. Educação Ambiental

Conforme o artigo 3º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente promover ações integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente; aos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa; às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando a melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho; à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, identificação e solução de problemas ambientais.

Já no art. 9º entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a. educação infantil;

b. ensino fundamental e

c. ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal como cita o art. 10º.

A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

7. História do Paraná

A introdução dos conteúdos de História do Paraná na rede pública de ensino, objetiva a formação de cidadãos conscientes da identidade, do potencial e das possibilidades de valorização de nosso Estado. A escola deve oferecer atividades por diversas abordagens metodológicas, promovendo incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, com o estudo das comunidades, municípios e regiões do Estado.

Essa proposta apresenta o aspecto científico, ou seja, a necessidade de estudo e atualização de conteúdos e domínio da metodologia da construção do conhecimento histórico e o aspecto pedagógico, que é a transposição do conhecimento científico para o saber escolar; a articulação da História Geral, Regional, Local; a consideração à relação História-memória e a possibilidade de utilização dos bens culturais da comunidade local/regional como objetos de ensino.

O estudo da História do Paraná possibilita o estudo do cotidiano do homem comum, registrado nos arquivos de família e de instituições, e também, na memória de idosos. Permite a percepção dos costumes, das ideias, da mentalidade vigente num determinado espaço histórico-cultural. Suas fontes podem ser muito variadas, favorecendo uma noção mais imediata do passado, valorizando as coisas simples da vida cotidiana que representam os fazeres e saberes de uma localidade, de um espaço regional em articulação com o contexto nacional.

Deve-se considerar ainda, que construir objetos de estudo centrados na História Local/Regional pode apresentar-se como uma experiência potencializadora para o currículo escolar, como uma forma de articular um processo pela busca e confronto de dados. Tais dados, pertinentes a uma realidade próxima que favoreça ao educando uma melhor compreensão das normas sociais, usos, costumes e tradições que regem a comunidade onde vive. Além disso, podem favorecer a análise das transformações ocorridas, dos avanços e retrocessos verificados e das possibilidades de novas transformações pela ação dos sujeitos sociais.

Os conteúdos selecionados por diretrizes e referenciais oficiais articulam-se, do ponto de vista conceitual, à produção historiográfica, ampla e complexa. Cabe ao professor definir a adequação dos conteúdos à maturidade do aluno, à realidade escolar. Neste sentido é que a realidade deve ser problematizada e, a partir de uma indagação, de um questionamento, é que se providenciará a sistematização do conteúdo, a par de uma periodização que estará incorporada ao estudo. Nesta perspectiva valoriza-se a atuação e o poder de decisão do docente.

Entender a historicidade de um determinado contexto, envolve a compreensão das múltiplas determinações que regem a vida em sociedade e, em especial, o viver na sociedade brasileira contemporânea com suas repercussões no espaço paranaense.

Daí ser fundamental que o professor compreenda que ao estudar História reporta-se ao acontecido, movido por desejos, esperanças e dificuldades em conviver num grupamento humano que oferece modos particulares de olhar o próprio espaço em que se vive e convive tomando como objeto de estudo, como referência para o processo educativo, os suportes do patrimônio cultural do local/região. Tal patrimônio é constituído por bens culturais da comunidade que podem ser de ordem ecológica, científica, natural, histórica, artística, religiosa, arquitetônica, arquivística e iconográfica, dentre outras.

Considerando os bens culturais de cada comunidade e, em especial, do espaço regional paranaense, é a valorização dos diferentes registros e a possibilidade de produzir análise documental sobre os mesmos, rica fonte de ensino.

Procura-se, nesse sentido, reconstruir com os alunos os procedimentos utilizados pelo historiador ao elaborar uma situação-problema, os quais sejam: elencar indagações, levantar hipóteses, analisar o conteúdo da fonte, construir argumentos para a compreensão da realidade estudada, produzir sínteses conferindo significação ao conhecimento construído.

Decorre daí a necessidade de favorecer a construção e o domínio de atitudes de observação, descrição, identificação, argumentação, avaliação que passam a ser naturalmente adotadas no cotidiano das aulas de História, como um procedimento que não encara o documento em sua versão tradicional na perspectiva de comprovação fiel da realidade, como registro neutro, objetivo, retratando a verdade, enquanto conhecimento pronto e acabado. Contrapondo-se a essa concepção, sendo visto como vestígio, como um texto cultural, qualquer que seja a sua natureza, remete a novas formas de sua utilização didática e

metodológica, na escola. E ainda, proporciona ao aluno a possibilidade de familiarizar-se com realidades passadas ou presentes, desenvolvendo sua condição de raciocínio sobre situações concretas, dinamizando suas reflexões, reduzindo a distância entre o seu cotidiano e realidades distantes e alheias à sua, assimilando melhor e mais significativamente os saberes históricos. É nessa perspectiva que o uso escolar do documento histórico deve ser compreendido e utilizado, enquanto um suporte informativo que colabora para a construção do saber histórico pelo aluno.

8. História do Povo Indígena do Brasil

Este estudo faz parte do currículo escolar sem alteração da grade curricular. Têm como objetivo mudar a abordagem da questão indígena ou seja onde a escola costumava tratar o indígena generalizadamente sem especificar que existem mais de 200 povos e etnias no país, lembrando também que falam mais de 180 línguas diferentes e estão espalhados por todo país. Objetivo é fortalecer e estimular o estudo sobre o povo indígena em sala de aula.

A diversidade é riqueza e devemos reconhecê-la desta forma e não como obstáculo.

As mudanças na lei 11.465/08 substitui a 10.639/03, que já previa o ensino sobre a história e cultura afro brasileira em todas as escolas brasileira.

9. Especificações de Ações Voltadas para a Qualificação dos Equipamentos Pedagógicos

No cotidiano escolar, busca-se consertar os equipamentos pedagógicos sempre que algo se estraga, a fim de manter a qualidade das salas de aulas, biblioteca, laboratório, pátio, etc.

A conscientização dos alunos no cuidado com o ambiente escolar também é uma ação necessária para se manter a qualificação dos equipamentos pedagógicos, assim como o cuidado que os agentes educacionais devem ter na limpeza e conservação do ambiente, comunicando sempre que observarem algo quebrado, estragado, caindo, a fim da gestão se organizar para a solicitação de tais reparos.

A escola é considerada nossa segunda casa e deve ser tratada com a mesma atenção. Quando todas as pessoas que convivem nela mantem a noção de cidadania necessária para o bom andamento, a escola caminha funcionando muito bem conservada.

10. Especificação das Ações que Envolvem Outras Instituições

- Conselho Tutelar – apoio em relação aos alunos que necessitam de atendimento por diversos motivos; ficha do FICA.
- Tratorcase, Magparaná – incentivo com o esporte.
- Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – incentivo ao esporte ao pagar bolsas a alguns alunos.
- Universidade Estadual de Ponta Grossa: estágio, Pró-egresso, Iniciação Científica, Incentivo à isenção para vestibular, PSS...

11. Diretrizes para Avaliação Institucional da Escola e para Avaliação Geral de Desempenho dos Docentes, Pedagogos e Funcionários

A Avaliação Institucional da Escola precisa estar fundamentada em seus aspectos sociais (dos sujeitos que a produzem e suas relações com a instituição e com o sistema educacional ao qual pertencem); políticos (das relações de poder existentes); técnicos (das metodologias que dão suporte à sua implementação); e simbólicos (dos valores e significados que assume, tanto para a Instituição, quanto para a sociedade).

É importante, em primeiro lugar, conhecer o significado da palavra institucional. Uma escola é uma instituição pública de ensino, melhor dizendo, de educação. Ela cumpre uma finalidade que é coletiva, social e pública e, por conseguinte, tem importância para a sua comunidade escolar e para o conjunto da sociedade que a mantém. Interessa também ao sistema educacional em que está inserida – suas relações, determinações, possibilidades e limites, sua autonomia, enfim, sua forma de organizar-se e prestar o serviço público de educação a que se propõe.

O caráter da institucionalidade delimita o âmbito da avaliação, abrangendo a instituição como um todo e sua relação com o sistema, o que a diferencia das demais avaliações específicas, como desempenho profissional, avaliação de rendimento escolar, avaliação de planos de ação e outros.

Desta maneira, cabe à Avaliação Institucional articular as demais avaliações, possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema.

Não basta apenas reconhecer as diferentes dimensões de uma instituição, é necessário também perceber até que ponto estas funções estão integradas e articuladas entre si. A Avaliação Institucional precisa ser um empreendimento que busque e possibilite a tomada de consciência sobre a instituição, precisa ser um processo voltado à instrumentação dos tomadores de decisão (tanto em nível da própria instituição quanto em nível da gestão do sistema e da formulação de políticas públicas); não pode prescindir do caráter formativo e do aperfeiçoamento individual e institucional, bem como da participação coletiva em todo o processo avaliativo.

Para tanto, em nosso colégio buscamos abrir espaço para a reflexão, a reelaboração de seus rumos, avanços em propostas, ações e perspectivas, promovendo, assim, a contínua melhoria do trabalho e das condições ambientais e pedagógicas, de modo a criar experiências educacionais estimulantes e mobilizadoras que oportunizem à comunidade escolar o aprendizado e a promoção humana.

Já em relação a avaliação geral de desempenho dos docentes, pedagogos e funcionários, a mesma se dá no cotidiano, a partir da observação do trabalho, a partir de auto-avaliações e reuniões abertas onde se avalia o trabalho como um todo, sendo possível ocorrer a reflexão da prática e sua melhoria.

VII. PROJETOS ANUAIS

- a) PROJETO ATLETISMO NO COLÉGIO
- b) VIVA ESCOLA (PROGRAMA PRECUNI)
- c) PROJETO DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (FIQUE ATENTO ADOLESCENTE- 2009)
- d) PDE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
- e) PROJETO DE LEITURA – “LEITURA NA ESCOLA” - “OLHA SÓ QUEM VEM CHEGANDO”

VIII. RELAÇÃO DOS ATOS LEGAIS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO

CURSO	ASSUNTO	IDENTIFICAÇÃO DO ATO	DATA DO ATO	DATA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
Curso Fundamental 5/8	Autorização de Funcionamento	Resolução 540/1993	11/02/93	05/03/93
	Alteração de denominação	Resolução 6810/1993	15/12/93	31/12/93
	Reconhecimento	Resolução 4797/1995	27/12/95	17/01/96
	Alteração de Denominação	Resolução 3120/1998	31/08/98	01/09/98
	Alteração de Denominação	Resolução 2177/2002	06/06/02	18/07/02
	Renovação de Reconhecimento	Resolução 4645/2002	26/11/02	10/01/03
	Renovação de Reconhecimento	Resolução 6083/2006	20/12/06	31/01/07
Ensino Médio	Autorização de Funcionamento	Resolução 2177/2002	06/06/02	18/07/02
	Reconhecimento	Resolução 1006/2003	02/04/03	09/10/03
	Renovação de Reconhecimento	Resolução 1219/2009	06/04/09	22/06/09
Sala de Recursos	Autorização de Funcionamento	Resolução 3587/2005	13/12/06	31/01/07

IX. REFERÊNCIAS

BRASIL/PR. **Lei no 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nº. 248, 23/12/96, pp. 27833-27841.

Decreto no 4.281/02 – regulamenta a Lei no 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico**: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: IESDE, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

Lei no 10.639/03 – acrescenta artigos 26-A, 79-A e 79-B, referentes à inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e dá outras providências.

Lei no 9.795/99 – dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

PARANÁ, CEE. **Deliberação no 014/99** – Indicação no 004/99. 1999.

_____. **Deliberação nº 04/06** - Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **Deliberação no 07/99**. Normas para Avaliação, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos.

_____. **Deliberação no 06/05**. Normas para Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Deliberação no 06/06**. Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio.

_____. **Deliberação no 07/06**. Inclusão dos conteúdos de História do Paraná no Currículo da Educação Básica.

Parecer no 03/04 - CNE/CP – DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

PICOLI, Elaine Senhorini Arneiro. CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Projeto Pedagógico: uma construção “coletiva”**. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Projeto PDE, 2007.

Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. <http://www.unicentro.br> - Ciências Humanas .

SEVERINO, Antonio Joaquim. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**. In: Para onde vai a escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, DF, n.107, abril/jun.1998.

SILVA, Zuma Evangelista Castro da. **A construção coletiva do projeto político pedagógico: abrindo trilhas para uma gestão colegiada no Colégio Estadual Professor José Aloísio Dias**. Cadernos IAT, ISSN 1982-8500, Salvador, v.2, n.2, p. 128-143, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **O método dialético na didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

ANEXO 1 – Atletismo no Colégio

“ATLETISMO NO COLÉGIO”

1. Título: Projeto **“Atletismo no Colégio”**
2. Estabelecimento de Ensino: Colégio Estadual Prof.^a. Linda Salamuni Bacila
3. Município: Ponta Grossa – PR
4. Professor Coordenador: Estagiário João Paulo Kaiut
5. Disciplina: Educação Física
6. Alunos Participantes: 100
7. Áreas do Conhecimento: Educação Física
8. Conceitos e Conteúdos Contemplados:
 - Coordenação
 - Corridas de Velocidade
 - Saltos
 - Arremessos
 - Corrida com barreiras
 - Lançamentos
 - Cooperação e respeito mutuo
9. Turno em que o Projeto está sendo desenvolvido: tarde
10. Período de Desenvolvimento: Início em 2001 até os dias atuais.
11. Apresentação e Justificativa:

O Projeto teve início nas aulas de Educação Física no ano de 2001/02 como conteúdo da disciplina e hoje é o principal projeto do Colégio, sendo desenvolvido após o horário de aula.

Todos os alunos são convidados a participar embora nem todos estejam envolvidos em competições, tendo como objetivo desenvolver o conhecimento de si mesmo e o sentimento de confiança em sua capacidade afetiva física, cognitiva, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

12. Fundamentação Teórica:

Partindo do pressuposto de que a atividade esportiva deve dar oportunidades aos alunos para que desenvolvam suas potencialidades e visando se aprimoramento como seres humanos, o aluno deve ser considerado em todas as suas dimensões. Sobre o jogo da amarelinha, o de voleibol ou uma dança, o aluno deve aprender, para além das técnicas de execução, a discutir regras e estratégias, apreciável criticamente, analisá-los esteticamente, avaliá-los eticamente, ressignificá-los e recriá-los.

A atividade esportiva deve garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-los, e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-los criticamente.

13. Objetivos:

- Estimular, valorizar e oferecer subsídios para o enriquecimento das diversas manifestações e produções esportivas.
- Promover, descobrir, desenvolver e incentivar os talentos esportivos de nossa comunidade escolar.
- Participar do esporte e de atividades de lazer e cultura como ocupação do tempo livre, voltadas a uma vida saudável.
- Integrar alunos do colégio com atletas da cidade, do estado e do país, possibilitando uma maior socialização dos educandos.
- Sensibilizar a comunidade, empresas a participarem de forma ativa no desenvolvimento dos jovens.

14. Metodologia:

O presente projeto está sendo desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Colégio, bem como aberto para a comunidade, com treinos realizados todos os dias em contra-turno, coordenado e dirigido pelo diretor e contando com a colaboração e trabalho voluntário de João Paulo Kaiut, formado em Educação Física.

Para a continuação e efetivação do projeto, devido dificuldades financeiras foi solicitado à empresa Tratornew, auxílio financeiro como patrocínio aos atletas, principalmente durante as viagens em várias competições esportivas, a qual continua até hoje sendo nossa parceira e colaboradora. Torna-se necessário essa ajuda para que seja viável a continuação do projeto, já que foram descobertos vários talentos, que inclusive já obtiveram várias medalhas.

O auxílio financeiro está sendo usado para: despesas em viagens (alimentação, hospedagem, transporte), também para vestuário dos atletas, como camisetas e outros para que assim, sintam-se valorizados e não sejam discriminados pelo modo simples de se vestir. O acerto do dinheiro recebido é feito através de notas fiscais, repassadas a empresa Tratornew.

15. Resultado:

Este Projeto iniciou em 2001, tinha como principal finalidade o aluno participar em uma atividade no seu contra-turno e disputar os jogos estudantis municipais.

Em 2005 a finalidade inicial foi conseguida e obteve-se um resultado acima do esperado, ou seja, projeção do colégio a nível municipal, estadual e nacional, com vários atletas de alto nível, não esquecendo também da finalidade inicial de ter mais de 100 alunos participando do projeto.

Com isso diminui a evasão escolar, melhorando as notas , o companheirismo, a disciplina e o desenvolvimento físico e mental.

ANEXO 2 – Projeto Leitura na Escola

PROJETO LEITURA NA ESCOLA

JUSTIFICATIVA:

Este projeto tem como ponto de partida a seguinte problematização: o Colégio Linda Bacila tem favorecido o desenvolvimento de sujeitos leitores?

OBJETIVO:

O colégio tem como objetivo diante deste projeto, aumentar o número de pessoas deste estabelecimento que se sintam motivados à leitura, que a entenda como algo satisfatório para a vida, não apenas massante e tedioso. Visamos o aluno/professor/funcionário leitor maduro, reflexivo, crítico e consciente. Entendendo que para a formação desse leitor, existe a necessidade de um compromisso de toda a comunidade escolar através da criação um ambiente leitor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do objetivo de aumentar o número de pessoas motivadas à leitura como uma prática satisfatória, teceu-se algumas considerações necessárias para a implementação do projeto que se pretende desenvolver sobre a leitura, mudando a concepção desta como competência e exclusividade do professor de língua portuguesa, e ainda por entendermos que o ato de ler é muito mais que mera decodificação do texto escrito.

Segundo Kleiman (1989), leitura é uma interação em que autor e leitor constroem os sentidos de um texto, o que significa que para o fenômeno da compreensão este traz sua experiência sociocultural, determinando, assim, leituras diferentes para cada leitor e, também, para um mesmo leitor, conforme seus conhecimentos, interesses e objetivos naquele momento. Ao ler, o indivíduo constrói seus próprios significados, reescrevendo o significado do que foi lido a partir de sua própria história e trajetória de vida.

A vida em sociedade exige leitura em diferentes situações para resolvermos problemas do cotidiano (receitas, manuais de instrução, bulas, textos científicos, entre outros). As diferentes disciplinas curriculares na escola exigem leitura e interpretação, como é o caso da resolução de um problema matemático, por exemplo.

A leitura é ainda o mais importante elemento do imaginário, nos leva a outros tempos, outros lugares, outras culturas. Ler significa refletir, pensar, estar a favor ou contra, comentar, trocar opiniões, posicionar-se, enfim, exercer desde cedo a cidadania. Desta forma, percebe-se o papel da leitura na formação escolar.

Na década de 80 muitos estudiosos concluíram que a leitura e a escrita caminham juntas, notaram que os melhores escritores eram os que liam mais, sendo a escola o lugar por excelência para essa prática, embora não seja o único.

METODOLOGIA

Este projeto envolve toda a comunidade escolar do Colégio Linda Salamuni Bacila, isto é, alunos, professores, direção, equipe pedagógica, auxiliares administrativos e agentes operacionais.

O dia de leitura acontecerá semanalmente em dias alternados, nos três turnos (manhã, tarde e noite) em horários a serem estipulados, sendo que neste período as atividades de rotina de todos os setores, serão substituídas pelo envolvimento no projeto.

Os materiais para leitura serão os mais diversos, podendo-se realizar leitura de livros, histórias em quadrinhos, mangás, periódicos como jornais e revistas, podendo ser literária, de entretenimento, informativa, poética, crônica, romance. Com as turmas em sala de aula, a escolha do material para leitura, ficará a critério do professor, conforme combinado com os alunos. Aqueles que atuam fora de sala de aula, poderão integrar-se as turmas ou realizar leitura conforme o acordado com seus pares.

CRONOGRAMA

Este Projeto iniciou no segundo semestre do ano letivo de 2009 como experimento, acontecendo simultaneamente a avaliação dos pontos positivos e negativos, bem como novas propostas e implementações que se fizerem necessárias.

Devido à avaliação positiva do trabalho realizado em 2009, decidiu-se pela continuidade da aplicação do Projeto de Leitura em 2010 e diante disso, o “Projeto de Leitura” comporá o Projeto Político Pedagógico do Colégio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTRIDE, Betina. **(En) cantos da leitura**. <http://www.apágina.pt/arquivo/Artigo.asp?>
Acesso em 20/06/2009.

BUENO, Moisés. **Leitura e formação de hábitos críticos**.
br.monografias.com/trabalhos908/leitura-e-formação/leitura-e-formação.shtm.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde e DIAS, Mari da Graça Bompastor. **A escola e o ensino da leitura**. 2002. Vol.7, n.1, p. 39-49.

ANEXO 3 – Programa Esporte Cidadão UNILEVER – PRECUNI

1. JUSTIFICATIVA

O Programa Esporte Cidadão UNILEVER busca democratizar a prática do esporte, oportunizando a todos os alunos o acesso com igualdade e qualidade, conscientes de seus direitos e deveres. O referido Programa visa a formação humana dos alunos, viabilizando ações que permitem intervir de forma efetiva na cooperação, na responsabilidade, no respeito as diferenças e na autonomia.

A Secretaria de Estado da Educação por meio da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais e Coordenação de Integração de Atividades Curriculares- CIAC, assim como, a Coordenação Pedagógica do Instituto Compartilhar – PRECUNI, vem desenvolvendo um trabalho específico na modalidade de voleibol. O trabalho apresentado aborda uma metodologia que suscita elementos os quais perpassam a prática pedagógica e, conseqüentemente refletem no seu papel social. Essa prática contribui para a formação dos alunos enquanto sujeitos críticos em relação aos saberes bem como, amplia o referencial teórico e prática dos professores, buscando na formação continuada espaços para reflexões, debates e criação de novas estratégias que oportunizam uma melhor compreensão da concepção proposta do Programa, vinculada as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação Física. O Programa Esporte Cidadão UNILEVER busca democratizar a prática do esporte, oportunizando a todos os alunos o acesso com igualdade e qualidade, conscientes de seus direitos e deveres. O referido Programa visa a formação humana dos alunos, viabilizando ações que permitem intervir de forma efetiva na cooperação, na responsabilidade, no respeito as diferenças e na autonomia.

2. CONTEÚDO

O Programa Esporte Cidadão UNILEVER é desenvolvido por meio do conteúdo estruturante, o Esporte e na especificidade o Voleibol. O referido Programa está inserido no Viva Escola, que contempla atividades de Complementação Curricular, com amparo teórico nas Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação Física. Neste sentido, a concepção proposta tem como objeto de estudo e ensino a Cultura Corporal, levando em conta o acervo

de formas e representações do mundo, exteriorizadas pela expressão corporal. Essas expressões podem ser identificadas como forma de representação simbólica de realidades vividas pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A organização do Programa atinge quatro categorias quais sejam: baby, mini, 4X4 e Voleibol. No entanto, a concepção proposta permite ampliar a visão de mundo dos alunos por meio do diálogo e da reflexão crítica superando assim, a desportivização e o tecnicismo imbuído nas práticas do esporte.

Assim, o conhecimento tratado desenvolve uma metodologia centrada na práxis isto é, o trabalho realizado se constitui pela expressão do corpo, o aprendizado das técnicas próprias do Voleibol e a reflexão sobre o movimento corporal.

A partir desse encaminhamento, é possível problematizar questões que surgem no decorrer da prática. Pode-se potencializar o trabalho específico os vinculando com os princípios da cooperação, da responsabilidade, do respeito e da autonomia. Nesta direção o professor deve propor na sua proposta pedagógica a investigação e a pesquisa. Essa metodologia pretende ir além do conjunto de conhecimentos específicos do Voleibol. O recorte do conteúdo investigado deve buscar a interação dos alunos com e no processo de produção do conhecimento, os tornando sujeitos da história capazes de compreender o mundo a partir da sua ampliação.

O programa possui uma carga horária de dez horas/aulas semanais, distribuídas de forma que, oito horas/aula semanais são estabelecidas para o desenvolvimento das atividades com os alunos e duas horas/aula restantes são apropriadas pelos professores para as reflexões, discussões, estudos pedagógicos, a socialização de experiência, avaliação e elaboração de relatórios (mensais e trimestrais), planejamentos (mensais) das ações e conteúdos das aulas e eventos de acordo com a organização geral do Programa por categoria.

3. OBJETIVOS

- Oportunizar a prática do Voleibol bem como criar espaços para reflexão, debates sobre os princípios norteadores do Programa Esporte Cidadão UNILEVER.
- Buscar com os alunos o aprofundamento do conhecimento específico do voleibol por meio da investigação e da pesquisa, os tornando sujeitos da história capazes de compreender o mundo a partir da sua ampliação.

4. INFRAESTRUTURA

- Local com quadra coberta para atender às duas aulas semanais, com uma hora/aula de duração para cada categoria do Programa.
- Local para a realização dos relatórios e planejamentos (sala com computador e internet).
- Local para guardar os materiais utilizados na aula (redes, postes, bolas, carrinho de bolas) separado do material utilizado nas aulas curriculares de Educação Física.

5. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

As crianças e jovens devem estar regularmente matriculados na escola onde o Programa se insere. A frequência nas aulas é o principal critério a ser considerado;

Faixa etária: entre 9 e 15 anos;

As inscrições são realizadas de acordo com o número de vagas para cada núcleo (160), em caso de preenchimento total das vagas é realizada uma lista de espera.

ANEXO 4 - PLANO DE TRABALHO PDE UM**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED****SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED****PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL****PLANO DE TRABALHO****1. IDENTIFICAÇÃO****1.1. ÁREA: PEDAGOGIA****1.2. PROFESSOR PDE: JOANA D'ARC APARECIDA FERREIRA****1.3. PROFESSOR ORIENTADOR IES: JOSÉ ROBERTO DE V. GALDINO****2. TEMA DE ESTUDO DA INTERVENÇÃO – CULTURA AFRO-BRASILEIRA****3. TÍTULO "MÚSICA E DANÇA, UM CANTO DE ESPERANÇA".****4. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA:**

A escola tem ensinado a partir de um projeto elitista, meritocrático e homogeneizador, produzindo quadros de exclusão, quadro este que têm prejudicado ao longo de décadas a trajetória educacional de muitos alunos não respeitando as diferenças, muito menos as reconhecendo e valorizando-as. Muitos talentos são ocultados, impossibilitados de formarem-se pela falta de oportunidade. Essa escola muitas vezes se recusa em ensinar aqueles diferentes do seu modelo hegemônico padronizador. Ela tem resistido à abertura para aceitação do diferente, porque essa abertura exige mudança e revisão das práticas educativas. Mesmo no discurso da educação para toda a nossa prática pode levar-nos a mascarar o preconceito, a discriminação e a exclusão.

O papel pedagógico da escola está muito aquém de ser igualitário democrático. "Procura-se sempre verificar o que os estudantes fazem com o conteúdo que estão aprendendo e ignora-se o que os currículos e conteúdos estão fazendo com os estudantes" (Costa, p.56), O currículo, o livro didático e as práticas escolares têm reproduzido relações dominantes e elitistas.

A diversidade cultural brasileira deve permear as discussões na área educacional e na composição das diretrizes curriculares das diferentes disciplinas, principalmente no que diz respeito à cultura negra e sua contribuição para formação de nosso país. Faz-se necessário a

construção de um espaço dialógico, onde os currículos oportunizem uma reflexão crítica da situação das minorias, dos excluídos e dominados por uma sociedade que prega direitos iguais e "democracia racial".

A monoculturalidade omite processos de disputas entre culturas diferentes, pois a predominância de uma cultura implica que as demais sejam apagadas e silenciadas, especialmente culturas indígenas e afro-brasileiras.

Os negros têm sobrevivido diante de muitas dificuldades, porém, muitas vezes a própria escola apresenta uma identidade única (branca) de forma acabada como se não houvesse outros pertencimentos diferentes do sistema eurocêntrico.

A inclusão do estudo da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares não se consolida sem a sensibilização e capacitação dos docentes. A sensibilização faz-se necessária porque muitos docentes, senão a maioria, trazem resquícios de preconceitos em suas atitudes, em seus valores, os quais consciente ou inconscientemente são passados aos educandos.

A lei 10.639 vem provar que o Brasil não é tão democrático, pois foram necessários 115 anos para o reconhecimento da matriz cultural africana e principalmente sua contribuição para o desenvolvimento e enriquecimento a humanidade.

A África que conhecemos hoje é do Simbá Safári, Aids, fome, guerras, epidemias. Raramente é vista como o berço da civilização, ou que a civilização egípcia era negra. Ela é vista somente como lugar de tribos primitivas e isso precisa ser corrigido.

A partir do século XV o continente africano foi explorado pelos europeus, os quais foram capazes de capturar milhões de pessoas e de exportá-las para vários países do mundo naquilo que ficou conhecido como a escravatura. Durante colonização portuguesa, por exemplo, houve total abandono da agricultura e total domínio sobre as pedras preciosas, metais preciosos e especiarias. A exploração exportação do ouro, marfim, tapetes e animais trouxeram total miséria aos africanos, tendo todo seu mercado dominado pelos interesses destruidores de portugueses, ingleses, franceses, espanhóis, holandeses, entre outros.

A escravidão moderna foi diferente das escravidões anteriores, agora tudo era produzido pelos escravos e eles eram coisificados e transformados em mercadoria.

A escravidão, a começar pela compra e venda de escravos foi o principal negócio da era moderna. O africano funcionou como moeda que possibilitava a circulação mundial de todas as riquezas produzidas na América entre estas estavam a cana, algodão, fumo, etc.

Nos séculos XIX e XX a ocupação do continente africano foi massiva, quando as grandes potências mundiais decidiram sua divisão de maneira arbitrária, não havendo o mínimo respeito pelas diversidades étnicas e culturais. Esta ocupação prosseguiu até o fim da II Guerra Mundial, quando aconteceu o processo de descolonização.

O negro no Brasil escravocrata foi destituído de cidadania e coisificado, visto somente como mão –de- obra e objeto da servidão. Mesmo depois da abolição da escravatura em 1888, continuava como negativa a presença e influência dos negros. Muitos até acusavam a mistura racial como um fator de desequilíbrio na formação social e cultural, impedindo a chamada "unidade racial" e o desenvolvimento da nação.

Na ordem social escravista tudo era proibido, mesmo as religiões de origem. A tortura era legalizada (açóites, mutilações, constrições). A aplicação da tortura variava conforme o humor do senhor e conforme o valor comercial do escravo. O tráfico de negros era violento, desumano e degradante, porém bem organizado, sendo altamente lucrativo aos fornecedores africanos e colonizadores, e alimentou o poder e o luxo dos escravocratas locais. Na verdade a escravidão foi um capítulo de trabalho no Brasil, que durou quatro quintos do tempo que temos de existência, e deixou marcas visíveis em nossa sociedade. A desigualdade social brasileira continuou, especialmente para os negros, mesmo depois da escravidão os ex-escravizados não tiveram acesso à cidadania, não foram indenizados não tiveram direito ao voto, à educação escolar, nem emprego e nem moradia. A eles restou a exclusão e preconceito. Essa também é a razão principal do racismo anti-negro no Brasil: "a cor escura é identificador dos que não têm poupança e hábitos de trabalho continuado" (Santos, 2006. p 26). Os negros são vítimas de uma sociedade excludente que ao mesmo tempo em que os excluí dos benefícios da vida social consome seus deuses, a música, a dança, a comida, a festa.

Gilberto Freire em seu livro "Sobrados e Mucambos" fez referência a um congresso Afro-Brasileiro em 1934 onde dois folcloristas apresentaram uma massa de trovas e ditados que acusam o desprezo ao negro e também pelos mulatos, caboclos e cafuzos, é claro que o

negro é o mais satirizado em ditados como: “Negro de pé é um toco, deitado é um porco.” “Negro só nasceu para espoleta dos brancos”.

A literatura brasileira por muito tempo esqueceu do negro, e quando lembrado foi no papel de inferioridade. Renato Ortiz traz como exemplo o livro "O Cortiço" de Aluísio Azevedo, cuja trama tem dois personagens principais. Jerônimo é um português exemplar que gosta de trabalhar, valoroso, persistente que tinha com aspiração básica subir na vida, porém ao se amasiar com Rita Baiana que é um mulata torna-se dengoso, preguiçoso e extravagante. O outro personagem João Romão também português não se deixa seduzir pelo jeito alegre brasileiro do negro e se ascende socialmente a partir do momento em que se distancia da negra Bertoleza.

Diante desse breve quadro histórico, podemos dizer que o currículo escolar deve priorizar o desvendamento de mecanismo de dominação e possibilitar seu questionamento. Ele não é unicamente uma lista de conteúdos, mas, é uma prática cotidiana dentro e fora de sala de aula. E esta prática tem trazido e narrado uma "história que é branca, a inteligência e a beleza também o são", afirma Hélio Santos, mestre em finanças e doutor em administração pela Universidade de São Paulo. Essa política da representação, ou seja, essa disputa por narrar o "outro", tomando a si próprio como referência, como normal, e o outro como diferente, como exótico, como "excêntrico", é a forma ou regime de verdade em que são constituídos os saberes que fomos ensinados a colher como verdadeiros, como "científicos", como "universais", e que inundam os currículos escolares, os compêndios, enciclopédias, os livros didáticos, as cartilhas, deixando marcas indelévels nos códigos normativos, na literatura e nas artes em geral, nas retóricas pedagógicas familiares e religiosas, na mídia e em outros dispositivos culturais... (Costa, p. 43)

A história do negro deve existir no currículo escolar, possibilitando contestação da história oficial, pois, o currículo antes de ser pedagógico é político. Através de sua prática explicitamos nossa visão de homem, de mundo e de sociedade. Isso exige atenção de todos nós educadores, para que possamos cultivar em nossos alunos o orgulho por seu pertencimento étnico procurando abolir de nós mesmos sentimentos de superioridade, inferioridade, atitudes etnocêntricas, individualistas e preconceituosas. É imprescindível a criação de espaços de vivências significativos, oportunizando uma visão crítica da realidade do negro hoje e antes da abolição, onde aconteça não somente o processo de compreensão,

mas também de reflexão, de forma orgânica, a fim de gerar o exercício de respeito pelo diferente, pelas minorias e por aqueles excluídos da história. Silva diz que a cultura brasileira tem origem africana "deve haver o resgate das africanidades brasileiras. Ao dizer africanidades brasileira estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos nos referindo ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros, e de outro, lado, às marcas da cultura africana que independentemente da origem étnica de cada brasileiro fazem parte do seu dia-a-dia (...) Estudar africanidades brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o trabalho, de conviver, de lutar por sua dignidade, própria dos descendentes africanos (...) significa conhecer e compreender os produtos dos trabalhos e da criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil e de situar tais produções na construção da sociedade brasileira." (Silva, p. 38). Quando Silva refere-se que a cultura brasileira tem origem africana, reiteramos que esta faz parte de vivências concretas, e é altamente consumida pela sociedade a qual desconhece sua origem e sua história. É uma cultura construída historicamente, que permeia nossa vida independente do pertencimento étnico. É um grande desafio que exige entre outras coisas alteridade, estudo, ressignificação de conceitos, valores e atitudes. Exige por parte de todos os agentes educacionais o combate à discriminação e racismos, discutindo conteúdos ou conceitos que depreciam, tiranizam e oprimem. O projeto educativo da escola deve defender direito individual e coletivo resgatando a justiça, a liberdade e a dignidade. Ele deve ser instrumento de transformação, para que haja convivência respeitosa entre os diferentes.

5-DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Temos como objeto de estudo a "Música e Dança Negra no Brasil" e a contribuição artística da cultura africana na formação da Música Popular Brasileira: origem do batuque, do lundu, do samba, entre outros. Sendo este é apenas um dos aspectos da cultura negra, poderíamos tratar de outras contribuições como no esporte, na literatura, artes plásticas, no cinema, televisão entre outros. Estudar a cultura negra na escola possibilita reflexão e a compreensão de como negros constroem e reinventam suas tradições culturais no dia-a-dia seja na música, na história, nas narrativas, nas crenças, nas lendas, nas histórias contadas pelos gritos, na culinária.

Elencamos música e dança por que estão muito próximas de nós mexem com nossa sensibilidade e talvez seja o ponto de partida que nos leve a outras temáticas mais delicadas

de serem discutidas e encaradas. Trataremos mais especificamente do samba como referência mais outros gêneros da música negra também serão contemplados nesse trabalho.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É incontestável a contribuição do negro em toda nossa música, desde os tempos coloniais que veio desde o lundu até a música popular brasileira. Para os negros africanos a música não é somente de consumo, é antes de tudo movimento e comunicação entre os vivos e os espíritos, bem como, instrumento de transmissão da cultura de uma geração à outra.

Tanto a música como as danças presidem os atos religiosos, as oferendas, os sacrifícios, os ritos de iniciação. O Candomblé, por exemplo, é formado por três mil cânticos, todos aprendidos de cor, praticamente cada gesto corresponde uma cantiga. A dança, o canto, a música faziam parte de sua vida cotidiana. Andando, trabalhando, chorando, brincando cantava e cadenciava o ritmo com os pés e mãos. No Brasil houve a continuidade dessa maneira de viver dando ritmo, cor e alegria a o Carnaval o qual era a princípio uma festa branca.

A presença de elementos e rituais das culturas de matriz africana nas manifestações populares brasileiras é bastante grande como maculelê, congada, tambor de crioula, samba de roda, umbigada, carimbó, coco, etc. Foram trazidos para o Brasil, no período de escravidão negros das mais diferentes nações africanas, e cada qual com cultos, costumes e cantos variados originando cultos como Gegê Nagô, Malê ou Alufá e o Bântu (Banto). E nos deixaram como legado, instrumentos de percussão como o atabaque, berimbau, agogô, ganzá e outros.

SAMBA

Foi do negro que nasceu o maior ritmo do Brasil: o SAMBA. Sua origem é muito controvertida, mais a tese mais provável é que tenha originado no Congo e Angola (samba primitivo). Formava-se um círculo e ao som de palmas e instrumentos de percussão um negro ou negra requebrava ao centro e em seguida dava uma umbigada em alguém que assumia sua posição e o ritual se repetia a isso se chamava semba que significa umbigo em quimbundo. E assim o samba foi se aclimatando ao Brasil e recebendo diversos nomes como Jongo, Samba Trançado, Coco Zambê e muitas outras variantes.

O que realmente importa é que o samba é a principal forma de música surgida no Brasil passando por várias fases desde proibida a símbolo nacional e apresenta vários

subgêneros-samba comum, partido alto, pagode, neo-pagode, samba de breque, samba-canção, samba-exaltação, samba-enredo, samba reggae e outras variantes.

A palavra samba não aparece apenas no Brasil, mas também aparece em outras regiões da América sempre relacionado aos rituais negros. Em "Aquarelas do Brasil: contos da nossa música popular" Magalhães Azeredo diz:

(...) Cessa tudo o que os especialistas antigos discutiam, sobre se o nosso ritmo nasceu aqui ou ali, na Bahia ou no Rio de Janeiro. Aos grillhões da escravidão reagiam nossos negros com o canto-lamento-grito da música. Era o batuque. A origem do samba não se prende as discussões geográficas, mas sim culturais, no sentido antropológico da palavra (...) é essencialmente um canto sobre (contra) a escravidão. O samba parece como um lamento ao fundo. Samba nasceu mesmo de um episódio da história do Brasil: dos batuques dos escravos, da dor da senzala, da escravidão. (Azeredo, p. 213).

Roberto M. Moura em seu livro intitulado: "No princípio, era a roda" afirma que foram as rodas de samba que permitiram o desenvolvimento do samba como gênero musical, e o lugar onde os sambistas se sentiam realmente a vontade. Nos anos vinte, Hilária Batista de Almeida (tia Ciata) reunia em sua casa músicos negros, os quais faziam músicas profanas a partir de músicas sagradas. Alguns dos frequentadores eram Donga, Pixinguinha, João da Baiana. No mesmo local se encontrava toque da música sacra (Candomblé); o choro tocado com flauta, violão e no quintal o samba de roda.

As nossas festas duravam dias, com comida, bebida, samba, e batucada festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo de origem. (...) a festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir (...) naquele tempo eu era carapina (carpinteiro). Chegava do serviço e dizia: mãe, vou pra casa da Ciata. A mãe sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá quase morando, dias e dias se divertindo. (Moura, p. 30).

Foi dentro das casas nas rodas de samba que os sambistas aprenderam desde cedo à sonoridade da música, o ritmo, e nas rodas nasciam as letras. No Rio de Janeiro inicialmente o samba era dança de roda entre os habitantes do morro, foi daí que nasceu o samba urbano que hoje é conhecido em todo o Brasil. No princípio era reprimido e perseguido, pois era dança de escravos ou música das camadas mais baixas.

O primeiro samba brasileiro Pelo Telefone, nasceu na Penha, um bairro do Rio de Janeiro e foi lançado por Donga e Sinhô. Quanto à composição há divergências, o que se sabe

que o parceiro de Donga na composição era Mauro de Almeida. Esse samba fez enorme sucesso no carnaval de 1917. Apesar das brigas e disputas.

Os compositores do período inicial do samba foram Sinhô (José Barbosa da Silva), Caninha (José Luís Morais), Pixinguinha (Alfredo da Rocha Viana) e João da Baiana (João Machado Guedes). Nesse período se usavam pseudônimos por que samba não era considerado coisa de pessoa de família. Nos anos trinta, era Getúlio Vargas, o samba é reconhecido e torna-se música nacional. É caracterizado por composições meta-regionais, o ufanismo é observado nas composições que exaltam a cultura brasileira, constituindo o primeiro momento de exportação da música popular, apresentando as cores, a aquarela do país. Aquarela do Brasil composta por Ary Barroso, inaugura esse estilo de samba e com o suporte do Presidente da República ganhou status de "música oficial" do Brasil. Houve neste momento o ideário da construção da identidade nacional e gradativamente ampliou seu prestígio e se consagrou no mercado, mesmo havendo eventuais preconceitos das elites intelectuais da época.

No final da década de 50, alguns jovens da classe média como Carlos Lyra, Roberto Menescal e Ronaldo Boscoli se reuniam na zona sul do Rio de Janeiro e começaram a compor bossa nova, que tudo tinha a ver com a proposta do desenvolvimentismo do governo Juscelino. A bossa nova contribuiu para a distinção de consumo musical. Um estilo musical ficou direcionado para as elites e a outra que incluía o samba, ficou destinada às camadas baixas. O samba passou a ocupar zona de menor prestígio. Como o tempo de vida da bossa nova durou pouco, então se começou a incorporar o repertório de compositores do morro ao gênero, como Zé Kéti e Nelson Cavaquinho, porém com uma nova roupagem, mais ao gosto da classe média.

A característica política do Brasil frente ao golpe militar (1964) estimulou músicas engajadas politicamente, já no final da década de 60, surgiu o tropicalismo, movimento fundado por Gilberto Gil e Caetano Veloso, onde foram incluídos ao repertório elementos de músicas estrangeiras e o samba continuou perdendo espaço.

Desde a década de 1960 o samba teve dura disputa no mercado, com a bossa nova, MPB, rock, reggae. Somente no final de 1990 encontrou equilíbrio com os outros gêneros, porém tendo diversas roupagens como "samba de raiz", e "pagode romântico".

Além do samba, inúmeras outras danças e músicas existiram e ainda existe nas comunidades negras tais como o lundu, maxixe, frevo, maracatu, coco, carimbó, choro (chorinho), hip-hop e muitos outros. Estas danças e músicas profanas, populares ou religiosas se mesclaram com ritmos de outras etnias e formaram a enorme riqueza cultural musical do Brasil.

7. IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

TEMÁTICA: Cultura Afro-Brasileira

JUSTIFICATIVA: Esta temática se justifica por que vem contribuir para o reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira e subsidiar professores na elaboração de outras propostas ou projetos, priorizando o desvendamento de mecanismos de dominação e possibilitar o inconformismo com esta dominação social. Para tanto, são necessários o desenvolvimento de práticas cotidianas de desestabilização dos modelos dominantes e olhar o passado através do sofrimento humano, desnaturalizando os processos de desigualdade social, da banalização das minorias marginalizadas pela história buscando a politização através de práticas pedagógicas emancipadoras as quais devem valorizar discussões voltadas ao resgate da contribuição para a construção cultural do Brasil.

A questão racial não deve ser discutida somente por movimentos negros e estudiosos, mas cabe a escola posicionar politicamente contra toda discriminação. Justifica-se ainda pela necessidade de se entender as questões relacionadas à diversidade étnico-racial, e lidar de maneira positiva com elas através de projetos e ações planejadas coletivamente.

OBJETIVOS:

- Trazer para o cotidiano escolar a discussão sobre a contribuição do negro e todos os momentos da história brasileira;
 - Propiciar o contato com a cultura afro-brasileira através de suas várias manifestações musicais.

RECURSOS:

HUMANOS: professores, alunos, comunidade escolar, Movimento Negro local e outros.

FÍSICOS: Espaço físico que a escola dispõe **MATERIAIS:** vídeo, papéis, roupas, aparelhos de som e os demais que se fizerem necessários.

ANEXO 5 - PLANO DE TRABALHO PDE DOIS**PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA****1-DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Professor PDE: Adealdo José Antunes dos Santos

Área PDE: Geografia

NRE: Ponta Grossa

Professor Orientador: Paulo Rogério Moro

IES vinculada: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Escola de implementação: Colégio Estadual Professora Linda S. Bacila

Público objeto de intervenção: Alunos da 8ª série do Ensino Fundamental

2-TEMA: As novas tecnologias e o ensino da Geografia

3-TÍTULO: O uso da internet no ensino da geografia

4-JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA PESQUISA:

O mundo vem passando por um grande desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento. A escola está inserida neste contexto e para cumprir sua função de contribuir para a formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, deve estar aberta para incorporar novos hábitos, comportamentos, percepções e demandas.

Sabendo-se que muitos alunos já possuem conhecimento para utilização dos recursos tecnológicos e são muitas vezes até mais hábeis que a instituição escolar; ao passo que outros não têm contato com as novas tecnologias de informação, se faz necessário que a escola desempenhe o papel de socialização do saber tecnológico.

Ao mesmo tempo em que é fundamental que a instituição escolar integre a cultura tecnológica extra-escolar dos alunos e professores ao seu cotidiano, é necessário desenvolver nos alunos habilidades para utilizar os instrumentos de sua cultura.

Considerando a escola um local de construção do conhecimento e de socialização do saber, é de fundamental importância que a educação utilize todas as tecnologias disponíveis,

como a internet, para motivar o ambiente em sala de aula e melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

O ensino é uma grande troca de experiência de vida entre o educador e educando, onde o conhecimento acontece no praticar a vida, exercê-la reflexivamente, daí decorre a necessidade de redimensionar a prática docente que não deve valorizar apenas provas e reprodução dos conteúdos estudados, mas a participação dos alunos e professores na construção do conhecimento.

É relevante a interação entre todos os envolvidos no ambiente escolar, que a aprendizagem e a socialização do saber, principalmente o saber tecnológico, acontece entre professor/aluno, aluno/aluno, e essa interação enriquece a todos uma vez que sempre um terá algo a ensinar ao outro.

Sendo a ciência geográfica muitas vezes formada por conteúdos que são abstratos aos alunos, ela possui a necessidade de recorrer a todos os recursos tecnológicos disponíveis, uma vez que, ao lançar mão de tais possibilidades, o ensino da Geografia adquire um aspecto mais concreto, na medida em que o aluno possa visualizar e contextualizar o conhecimento apropriado.

5-PROBLEMATIZAÇÃO / QUESTÃO NORTEADORA

A internet é bem utilizada no processo ensino-aprendizagem da disciplina de geografia?

Sabemos que a internet “invade” nosso cotidiano e está presente não apenas em forma de suportes, mas também de cultura e, atualmente, elas fazem parte de nossas vidas, sendo de fundamental importância, caracterizando até mesmo uma necessidade para a inclusão plena dos indivíduos na sociedade. De fato, as tecnologias ampliam nossa visão de mundo, modificam as linguagens e propõem novos padrões éticos e novas maneiras de aprender a realidade. Conseqüentemente, a escola – seus dirigentes e professores – deve discutir e compreender seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

As tecnologias de comunicação e informação que utilizamos diariamente, como a televisão, por exemplo, oferecem formas novas de aprendizagem: novas lógicas, competências e sensibilidades. Esses comportamentos são bem diferentes do processo linear, sistemático e previsível das aprendizagens em que predominam os aspectos supostamente racionais, privilegiadas pelas formas regulares de ensino.

A distância existente entre as especialidades das aprendizagens realizadas a partir das mediações televisivas e as metodologias de ensino tradicionais de sala de aula constitui um grande desafio para o educador. Esse desafio pode ser encarado como obstáculo intransponível. Diante dele a pessoa pode passar a ignorá-lo ou pode vê-lo como oportunidade para a realização de parcerias, integrando as práticas e os saberes escolares às possibilidades de aprendizagem oferecidas pelas tecnologias.

A grande dificuldade na utilização da tecnologia na rotina escolar é (segundo a revista carta na escola) a pouca habilidade que educadores têm ao se relacionarem com os meios de comunicação modernos.

Como a presença desses recursos ainda é relativamente recente na sociedade, é muito comum a falta de conhecimento e a subutilização em relação ao uso de recursos tecnológicos. Também é comum encontrar educadores que, mesmo tendo acesso a modernos recursos tecnológicos, preferem não utilizá-los porque não desenvolveram habilidades e atitudes necessárias para ser um usuário desses meios em sua prática escolar.

6-OBJETIVO GERAL

6.1- O desenvolvimento deste tema busca contribuir para aumentar o uso da internet no processo ensino-aprendizagem da geografia.

7-OBJETIVOS ESPECÍFICOS

7.1- Proporcionar aos alunos, através da utilização da internet, a possibilidade de construir um saber geográfico com mais profundidade e assim melhorar o seu aprendizado.

7.2- Possibilitar o acesso aos recursos tecnológicos da internet tendo em vista o desenvolvimento de saberes e de competências necessárias para a inserção dos alunos como cidadãos críticos, participativos, propositivos numa sociedade em transformação.

7.3- Reescrever o ensino da Geografia a partir da utilização de novas tecnologias como a internet, para dar um salto de qualidade na aprendizagem de nossos educandos.

8-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Gilbert de Simondon (apud revista TV escola, ano 2000 p.21), filósofo francês, o homem iniciou seu processo de humanização, ou seja, diferenciação de seus

comportamentos em relação aos demais animais, a partir do momento em que utilizou os recursos existentes na natureza em benefício próprio. Pedras, ossos, galhos e troncos de árvores foram transformados em ferramentas pelos nossos ancestrais pré-históricos. Com esses materiais procuravam superar suas fragilidades físicas em relação às demais espécies. Contava o homem primitivo com duas grandes ferramentas naturais e distintas das demais espécies: o cérebro e a mão criadora.

A própria evolução social do homem confunde-se com as tecnologias desenvolvidas e empregadas em cada época. Essa relação apresenta-se até na forma como as diferentes épocas da história da humanidade são reconhecidas pelo avanço tecnológico correspondente. Idades da pedra, do bronze, do ferro, correspondem, na verdade, a momentos em que esses recursos foram transformados e utilizados como tecnologias pelos homens. O avanço científico da humanidade amplia o conhecimento sobre esses recursos e cria tecnologias cada vez mais sofisticadas.

A evolução tecnológica impõe-se e transforma o comportamento individual e social. A economia, a política, a divisão social do trabalho, em diferentes épocas refletem os usos que os homens fazem das tecnologias que estão na base do sistema produtivo.

Desde o período inicial da Revolução Industrial – baseada na mecanização da indústria têxtil e no uso industrial da máquina a vapor, até o momento atual, em que predominam as tecnologias eletrônicas de comunicação e informação e a utilização da informação como matéria-prima – que o homem transita culturalmente por intermédio das tecnologias. Elas transformam suas maneiras de pensar, sentir, agir. Mudam também suas formas de se comunicar e de adquirir conhecimentos.

Segundo Eduardo O. C. Chaves (apud revista carta na escola n.º. 10, 2006 p.43), a escola precisa se reinventar. Ela tem de deixar de se ver como uma instituição dedicada à geração, preservação e transmissão-presencial do conhecimento e da cultura para se tornar um ambiente de aprendizagem rico e flexível, englobando tanto as dimensões presenciais como as virtuais de aprendizagem, e deixando de lado seu ranço livresco e academicista. Ela tem de mudar sua visão de educação: educar não é transmitir saberes, mas participar do processo de desenvolvimento das pessoas, ajudá-las a se tornar, a partir dos seres incompetentes e dependentes que são ao nascer, seres autônomos e competentes. E deve mudar sua visão de

aprendizagem: aprender não é absorver e assimilar informações, mas sim, tornar-se capaz de fazer aquilo que antes não se conseguia fazer.

Nesta mesma linha de pensamento, Fernando Almeida (apud revista carta na escola n°. 13, 2007 p.63), entende que o professor deva ser mediador e orientar o aluno a selecionar as informações, que agora são abundantes, diferentemente de quando só havia livro didático e programas de televisão bem específicos e em número reduzido.

A geografia fundamenta-se na necessidade de explicar a transformação do espaço e suas conseqüências no cotidiano das pessoas. Desta forma, o grande objetivo do ensino da geografia numa sociedade contemporânea altamente tecnológica, é fazer com que o conhecimento desempenhe papel fundamental de transformação social na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo Vandelino Silva (2006, p.34), não significa que temos uma nova geografia, porque temos novas tecnologias. O mundo se apresenta em uma teia complexa que se liga por redes técnicas informacionais que conectam espaços e pessoas. O ensino da geografia contribui para o desenvolvimento do raciocínio espacial realizados em escala que vai do local ao global. Desta forma, o estudo da geografia deve se utilizar de diversos métodos para explicar com maior clareza os segredos do nosso planeta. Entenda-se aqui como diversos métodos o uso de tecnologias como: televisão/vídeo, o computador nas mais diferentes funções, a TV multimídia, etc.

9- METODOLOGIA

O Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola será desenvolvido no Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila, na cidade de Ponta Grossa-PR, com os alunos da 8ª série do ensino fundamental.

O Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola terá uma abordagem qualitativa, direta com o ambiente de pesquisa escolar. A coleta das informações se dará através de questionários e entrevistas com o grupo de pessoas envolvidas na situação problema, isto é, professores e alunos.

Após a coleta dos dados será realizada a classificação e organização dos mesmos, de modo a direcionar o trabalho de pesquisa e o seu desenvolvimento.

Com o resultado das análises encontrado, será possível confirmar ou não o problema do objeto de pesquisa, isto é, a pouca utilização da Internet no processo ensino-aprendizagem da disciplina de geografia.

10- ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A elaboração do material didático-pedagógico ocorrerá no segundo semestre de 2008, através da elaboração de um OAC-Objeto de Aprendizagem Colaborativa. Esse OAC dará suporte à implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, tendo como objetivo auxiliar a prática dos professores em sala de aula, utilizando os recursos da Internet.

11- IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INTEVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

A implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola acontecerá no ano letivo de 2009.

O Colégio Estadual Profª. Linda Salamuni Bacila possui laboratório de informática com capacidade para 40 alunos, o que facilitará o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola.

A Internet será utilizada em conteúdos pontuais, que possuam um grande nível de abstração, se constituindo em reforço do que for trabalhado em sala de aula.

Como por exemplo, o conteúdo sobre os Blocos Econômicos poderá ser encontrado no site www.suapesquisa.com/blocoeconomicos. Desta forma, o aluno poderá visualizar e concretizar conceitos sobre os blocos econômicos com maior facilidade. Assim como esse, existem muitos outros sites que poderão ajudar o aluno no aprendizado, com a Internet se transformando numa ótima ferramenta de auxílio na prática pedagógica em sala de aula.

12- AVALIAÇÃO

O Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola será avaliado após a sua implementação, através de uma síntese que contemplará as opiniões dos alunos envolvidos no projeto.

13-CRONOGRAMA DO PLANO DE TRABALHO

ATIVIDADES	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08
Escolha do tema/ Título	X							
Encontros de Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X
Encontros de Área			X		X			
Elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola	X	X	X	X	X			
Produção Didático- Pedagógica					X	X	X	

ATIVIDADES	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09
Encontros de Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X
Implementação do Projeto Intervenção Pedagógica Escola	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do Artigo Científico					X	X	X	X

13- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Vandelino Pedro da. O raciocínio espacial na era das tecnologias informacionais. Fortaleza, revista de geografia da UFC, 2006.

CHAVES, Eduardo O. C. A escola, o professor e a tecnologia. São Paulo, revista carta na escola, edição nº. 10, 2006.

FERNANDO, Almeida. A escola rende-se ao teclado. São Paulo, revista carta na escola, edição nº. 13, 2007.

SIMONDON, Gilbert. TV na escola e os desafios de hoje. Tecnologias e educação: desafios e a TV escola. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.

ANEXO 6 - PLANO DE TRABALHO PDE TRÊS**PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA****1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

PROFESSOR PDE: Lurdes Thomaz

ÁREA PDE: Gestão Escolar

NRE: Ponta Grossa

PROFESSOR ORIENTADOR IES: Dr^a. Rita de Cássia da Silva Oliveira

IES VINCULADA: Universidade Estadual de Ponta Grossa

ESCOLA DE IMPLEMENTAÇÃO: Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila

PÚBLICO OBJETO DA INTERVENÇÃO: Professores e alunos das turmas de 5^a séries do período da tarde

2 TEMA

Cidadania

3 TÍTULO:

A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.

4 JUSTIFICATIVA

Fala-se em Direitos Humanos, em Constituição Federal, em Estatutos, em leis trabalhistas, em leis que garantem os direitos do cidadão, no entanto, continua-se a ver privilégios, o não cumprimento de leis, injustiças com a grande maioria da população; por outro lado, ouve-se falar que na sociedade brasileira os assaltos, a delinqüência infantil e juvenil, crianças de rua, gravidez na adolescência, prostituição de meninas, criminalidade, assassinatos, tráfico e uso de drogas, corrupção, desemprego, estão crescendo a cada dia, apesar do aumento de policiamento, dos programas de ordem social e ações visando a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, o que é motivo de indignação nas pessoas que questionam o cumprimento e o respeito aos direitos do cidadão. Segundo Gilberto Dimenstein (1999. p.17), a cidadania existe apenas no papel, isto é, somente nas leis, uma vez

que na prática é bem diferente, e as pessoas das classes menos privilegiadas são as que mais sofrem, fato este que é histórico.

Os educandos do Colégio Linda Bacila, pertencem a uma comunidade da periferia da cidade de Ponta Grossa, onde os valores como solidariedade, responsabilidade, afetividade, respeito, honestidade, tolerância, amizade, companheirismo, entre outros, são vistos como defeitos e não como qualidades a serem cultivadas e expandidas, valores estes, essenciais à formação do cidadão crítico, autônomo e participativo. Entre os alunos percebe-se a baixa auto-estima, comentam que os direitos do cidadão não são respeitados e, por isso, estão cada vez mais incrédulos de mudanças que venham a beneficiá-los, como consequência, observa-se desinteresse pela história de sua pátria e ouve-se dizer que perderam o orgulho de terem nascido em um país chamado Brasil.

Educar não é apenas instruir, mas oferecer uma experiência significativa que prepare para a vida, portanto, há urgência em fazer da escola um ambiente rico em práticas e atividades voltadas para a formação do cidadão.

Diante do exposto, propõe-se um projeto que, através de ações simples no cotidiano escolar, possibilite aos professores e alunos vivenciar a cidadania, transferindo estas ações para outras instâncias da sociedade, firmando-se como pessoas que fazem a diferença.

5 PROBLEMATIZAÇÃO

Observa-se que os educadores vivem, como toda a sociedade, uma assombrosa constatação de que a moral, os valores, a ética, estão em decadência. O que a escola pode fazer para que seus professores e alunos resgatem o respeito com o outro e consigo mesmo? Abandonem o individualismo em prol do coletivo? Vivenciem a cidadania?

6 OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a história da construção da cidadania e o papel a ser desempenhado pelo cidadão na sociedade atual.

7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a convivência e o exercício da cidadania na escola e no meio.
- Oportunizar a reflexão e o debate sobre as leis que garantem os direitos do cidadão.

- Perceber que o exercício dos direitos implica no cumprimento de deveres.
- Construir coletivamente atitudes a serem desenvolvidas no espaço escolar e na comunidade, que demonstrem a responsabilidade do que é ser cidadão.

8 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A origem da cidadania é atribuída a polis grega, uma vez que na esfera pública havia a atuação de homens livres com participação política, cuja vida coletiva era em função dos direitos e deveres, portanto, existia o espírito de democracia. No entanto, conforme Manzini-Covre (1996, p. 19) não faziam parte dos homens livres, as mulheres, as crianças e os escravos. Apesar disso, havia exercício de cidadania porque as decisões eram tomadas visando o benefício da coletividade.

No período que vai do século V ao século XII, surge a sociedade feudal, que era rural, na qual, os servos e camponeses, não podiam escolher seus destinos, viviam submetidos aos desejos do senhor, apesar de terem alguma liberdade.

De acordo com o que nos coloca Manzini-Covre (1996, p. 23) foi com o desenvolvimento da sociedade capitalista, século XV, com a ascensão da burguesia em luta contra o feudalismo, que o exercício da cidadania foi retomado, rompendo-se com o direito obtido pelo nascimento da sociedade feudal, isto é, nesta sociedade, não havia a possibilidade de mudança de classe social, quem nascia servo, seria a vida toda servo. Foram com as revoluções burguesas que se proclamaram as Cartas Constitucionais, as quais estabeleciam direitos iguais a todos, colocando um fim nas desigualdades e, portanto, a valorização do cidadão. A burguesia ao tomar o poder político, estabeleceu os três poderes, o executivo, legislativo e judiciário, sendo que a maior autoridade era do poder legislativo, assim, o Estado era governado limitado pelas leis que estabeleciam os direitos e deveres do cidadão.

Ao longo da sociedade capitalista, muitos foram os avanços e retrocessos na construção da cidadania, no entanto, o que não se pode esquecer é que as leis são importantes e imprescindíveis para fazer valer os direitos, o que às vezes só acontece através de pressões sociais, ocasionando alterações nas mesmas, devido às necessidades do homem conforme o seu tempo e espaço. E foi neste caminhar que se consolidou os direitos políticos, os quais aparecem na Declaração dos Direitos do Homem. É a partir daí, que a classe trabalhadora

ganha um espaço para suas reivindicações, com o surgimento dos sindicatos e grupos organizados.

O Brasil não teve a transição do feudalismo para o capitalismo, sua história inicia sob a exploração de Portugal e depois da Inglaterra, que foi a dominação capitalista. O povo brasileiro, branco ou negro, era explorado, vivendo na pobreza, com pouquíssimos direitos, contrapondo-se a elite econômica e política que possuíam todas as regalias. Foi com a imigração italiana que a luta por igualdade teve início. Nas décadas de 10 e 20 aconteceram as lutas operárias, visando à construção da cidadania.

No entanto, após o golpe militar (1964), até 1980, os direitos sociais do povo brasileiro e a cidadania deixaram de existir, segundo Manzini-Covre (1996, p. 65) a população viveu neste período uma 'anticidadania', quando os brasileiros eram torturados, presos, exilados e mesmos mortos, contrariando a Declaração dos Direitos Humanos.

Muitos foram os brasileiros que lutaram contra a tirania da ditadura militar, e um dos movimentos que contou com a participação em massa dos brasileiros foi a campanha popular denominada “Diretas Já”, que aconteceu em 1985, exigindo a eleição direta para a Presidência do país. Com a eleição de Tancredo Neves para Presidente do Brasil, acaba a ditadura, abrindo caminho para a Constituinte e a Constituição da República, promulgada em 1988, com ampla participação do povo brasileiro.

O Brasil vivenciou outro momento de grande participação popular, quando a população, principalmente os estudantes com tintas coloridas no rosto, saíram às ruas, em defesa da moralidade pedindo o afastamento do Presidente Fernando Collor de Mello por estar envolvido em corrupção. A mobilização popular foi tão intensa que o Congresso aprovou o Impeachment. Gilberto Dimenstein (1999, p.127) questiona o fato do Presidente Collor ter sido retirado do poder, se foi uma questão de moralidade ou se foram suas decisões econômicas e o aumento da miséria que impulsionaram os movimentos de rua.

Apesar do Brasil ser um país democrático, garantindo ao povo o poder do voto, da existência de leis que garantem direitos iguais para todos, da criação e efetivação de programas sociais por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal, como Bolsa Escola/Família, Fome Zero, Comunidade Solidária, Paraná Alfabetizado, Armazém da Família, etc., do excelente trabalho de diversas ONGs em prol das classes mais necessitadas, de ser um país rico em terras produtivas, em minérios, em tecnologias, concorda-se com

Manzini-Covre (1996, p.67) quando argumenta que a existência de cidadania para a maior parte da população brasileira depende ainda de muita luta social, não só por parte dos políticos que queiram abraçar a causa, mas da luta de cada brasileiro em particular.

Hoje, a cidadania tem outra conotação, sendo basicamente o direito de viver decentemente, o que é privilégio de uma pequena minoria, enquanto muitos vivem em condição subumana, sem moradia, sem alimentação, passando frio e sem nenhuma perspectiva de melhoria.

Partindo-se dessas considerações, será feita a análise de alguns conceitos de cidadania.

Segundo Maria de Lourdes Manzini-Covre

[...] cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. (1996, p.11).

A cidadania garante o direito a vida, não apenas a vida física, mas a amplitude desta vida, isto é, as ações conquistadas pelo homem, envolvendo os direitos civis, políticos e sociais, os quais são interligados. Sendo que os direitos civis são aqueles que o ser humano tem a respeito de seu corpo, isto é, o direito de ir e vir; os direitos sociais são aqueles que atendem as necessidades básicas do ser humano, isto é, alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, etc. e os direitos políticos aqueles que possibilitam ao ser humano deliberar sobre a sua vida, isto é, o direito de livre expressão, a escolha política e religiosa, sendo que estes direitos devem ser para toda a coletividade do estado, do país, do mundo, só assim a cidadania estará constituída de fato e de direito.

Segundo Professor Dimas Floriani (2002) “A cidadania é uma condição política de direitos e obrigações frente ao coletivo e as pessoas com as quais se convive. É poder refletir sobre os atos que tenham conseqüências sociais, ter consciência dos seus resultados (...) sobre a sociedade...”.

A cidadania existe na lei, e Floriani questiona se ser cidadão é merecimento de uns e de outros não, uma vez que, continua-se a conviver com sérios problemas de exclusão social, fome, desemprego e ainda não se tem a escolarização básica para todos. E em conseqüência disso, há um aumento do quadro de deterioração social, da violência e de despolitização. E afirma que as leis existentes na constituição são insuficientes para a garantia da cidadania

plena. É preciso que, cada cidadão tenha compromisso político para a efetivação da cidadania, agindo de forma a possibilitar melhorias para todos.

Para Gilberto Dimenstein,

Cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. (1999, p. 29)

A cidadania está nas pequenas coisas do dia a dia, as quais permitem perceber os estágios de cidadania de um povo, o que muitas vezes se considera insignificantes, mas para que, hoje o homem possua esses direitos, ao longo da história muitas pessoas lutaram e até foram sacrificadas. Os direitos conquistados devem estar constantemente revistos e o cidadão não pode ficar quieto se o mesmo não estiver sendo cumprido, Enfim, é viver em uma sociedade sem preconceitos, com dignidade, sem ter medo de mostrar o que é e no que se acredita.

Para Dermeval Saviani, “Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é aquele que está capacitado a participar da vida da cidade e, extensivamente, da vida da sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p. 57).

Para exercer a cidadania, a pessoa precisa conhecer os seus direitos e os consequentes deveres, só assim terá condições de exercer o seu papel de cidadão, colaborando com o seu bem estar e o bem estar da sociedade como um todo.

Como termo político “Cidadania significa compromisso ativo, responsabilidade. Significa fazer diferença na sua comunidade, na sua sociedade, no seu país” (OLIVEIRA, 2002, p. 58).

A cidadania, neste conceito, quer dizer que, o cidadão não pode ficar esperando que os outros façam as coisas por ele, ele tem de participar em todas as situações da vida da sociedade, não pode ser uma pessoa passiva. Se não concorda com algo, sugere e busca soluções para melhorias do coletivo ao qual pertence.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o artigo 205 prescreve: .

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (p.38).

Este artigo da Constituição Brasileira coloca a obrigação do Estado e da família quanto à educação da criança, do jovem e do idoso, para que os mesmos tenham um desenvolvimento sadio e integral, capazes de exercer o seu papel de cidadão nesta sociedade que o incentiva a frequentar uma instituição educacional. Cabe à escola oportunizar o preparo para o exercício da cidadania. E o exercício da cidadania requer uma pessoa ética, envolvida com o próprio bem estar e do seu próximo, capaz de fazer valer os seus direitos e consciente de seus deveres.

Constata-se em nosso cotidiano, seja através da mídia, entre pessoas da família ou vizinhos, muita violência, agressividade, corrupção, cada vez mais crescente, mostrando que o individualismo, a ganância, é coisa real, de sobrevivência e as pessoas precisam encontrar formas de proteção para si e para seus bens materiais, colocando grades e alarmes em suas residências, pagando seguros e serviços de proteção, ficando de certa forma presas sem terem cometido nenhum ato infracional.

Continua-se a ver crianças pedindo esmolas nas ruas da cidade, quando as mesmas deveriam estar estudando, crescendo sadiamente (física e mentalmente) sendo bem alimentadas, tendo um lar, frequentando uma escola, sendo que isso lhes é garantido pela Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959 e reforçado no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90.

As questões colocadas deixam clara a falta de cidadania, a falta de comprometimento político existente no país, reforçado pelo posicionamento de Gilberto Dimenstein (1999, p.33).

Um menino de rua é mais do que um ser descalço, magro, ameaçador e mal vestido. É a prova da carência de cidadania de todo um país, em que uma imensa quantidade de garantias não saiu do papel da Constituição. É um espelho ambulante da História do Brasil.

Por que tantas pessoas estão desempregadas, obrigando-se muitas vezes a enredar-se para o mundo do crime como forma de alimentar seus entes queridos? Por que tantas pessoas morrem em filas de hospitais e postos de saúde sem receber o atendimento médico garantido pela Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948)? E no Brasil, a atual Constituição (1988)

garante direitos iguais para todos, no entanto, basta percorrer os bairros afastados de qualquer cidade do país, para constatar a falta de saneamento básico, de calçamento, coleta de lixo, enfim, a pobreza com a qual as pessoas convivem, e mesmo nas áreas centrais, vê-se os flanelinhas e crianças nos semáforos tentando conseguir algum trocadinho para matar a fome, enquanto outros desfilam carros zero Km. Onde está o direito igual para todos?

Partindo destes questionamentos observados no dia a dia da sociedade, concorda-se com Gilberto Dimenstein, quando ele diz que o que se tem é uma 'Cidadania de papel', isto é, existe nas leis, mas na prática não. É muita fome, violência, desrespeito, falta de ética, divisão social, etc. (1999, p. 17).

O tipo de sociedade que aí está, reflete na escola, a mesma situação é vivenciada no âmbito educacional. Os profissionais da educação estão convivendo com situações de violência, agressividade, desrespeito, falta de interesse, indisciplina. Os alunos estão desmotivados para uma postura de cidadania, pois em suas famílias, sua comunidade, seu país, não vêem melhorias e nem respeito à condição humana. A escola não pode ficar alheia a essas questões (e não fica), ela se debate em meio a tudo isso, consciente de seu importante papel perante a sociedade, ou seja, a formação de gerações para uma sociedade melhor, mais humana, mais cidadã.

O papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular. Seu papel vai além, cabe-lhe preparar os jovens para um futuro, para o seu futuro. E se, pretende transformar o futuro, se quer uma sociedade mais justa e igualitária, urge preparar os educandos para tal, para que não seja apenas um cidadão de papel, mas que saibam ser cidadãos de fato e de direito, em todo tempo e lugar. Ser cidadão não é apenas possuir uma certidão de nascimento, não é só exercer o direito do voto, ser cidadão é muito mais. É ter participação ativa na sociedade, é reclamar quando adquire um produto estragado e exigir a troca ou devolução do valor pago, é ter educação de qualidade, é ter atendimento médico sempre que precisar, é ter emprego e salário decente, é ver garantido seus direitos, é também conhecer os deveres inerentes aos direitos. Para que o jovem passe a agir como um verdadeiro cidadão é necessário fazer com que a cidadania seja vivenciada no cotidiano escolar. Isso não é utópico, nem irreal. Muitas práticas precisam ser mudadas, seja pela direção, professores, funcionários, pais e alunos. Exige-se um novo olhar sobre o papel da escola.

A sociedade que se quer, perpassa pela escola (ideal) que se quer, o que não se consegue através de decretos, de determinações vindas de cima, de gabinetes, é uma tomada de decisões com o envolvimento de todos aqueles que fazem parte do cotidiano escolar (LIMA, 1991, p.97). Só se consegue o bem comum e avançar nos propósitos, quando todos estão imbuídos dos mesmos objetivos. As decisões devem ser tomadas de forma participativa e democrática. Os professores que argumentam que não podem perder tempo com coisas sem importância e que tem um programa a cumprir precisam mudar a maneira de ver a educação e que não é compromisso só da direção, dos pedagogos, mas que devem ser vivenciadas pelos professores em todas as aulas, cada minuto do aluno na escola deve direcioná-lo para a formação de uma práxis de cidadão crítico, responsável e transformador. Segundo Paulo Freire (1998, apud LIMA. 2002, p. 29) a tarefa do professor é 'não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo'. O professor possui uma qualificação profissional que lhe dá condições de atuar junto à nova geração, porém a maior preocupação deve ser com a sua formação enquanto ser, um ser completo, com bons princípios. Nesta reflexão, concorda-se com Perrenoud (2005, p.139) quando diz:

Os alunos não precisam de guias espirituais, nem catequizadores. Eles se constroem encontrando pessoas 'confiáveis', que não se limitam a dar aulas, mas que se apresentam como seres humanos complexos e como atores sociais que encarnam interesses, paixões, dúvidas, falhas, contradições, defeitos e virtudes, engajamentos, atores que se debatem, como todo mundo, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana.

Vê-se que na escola, que deve ser o espaço formador, existem muitos pontos nevrálgicos, que precisam ser atacados e corrigidos, seja no próprio processo ensino-aprendizagem, como na forma de ensinar, de aprender e avaliar. Mas a intenção é ir além do conhecimento intelectual que proporciona ao jovem ferramentas para sua atuação profissional, quer-se que este mesmo jovem seja uma pessoa feliz, com boa auto-estima, respeitado por sua sensibilidade, solidariedade e respeito ao seu semelhante, que seja um ser humano convicto de sua responsabilidade perante a sociedade. E o primeiro passo é fazê-lo um cidadão cívico, que respeite sua pátria e seja respeitado, que entenda o verdadeiro sentido de ser cidadão.

Concorda-se com Lima quando argumenta que a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, direciona a formação de sujeitos capazes de decisões livres, conscientes e responsáveis, tornando-se 'pessoas marcantes no mundo' (1997, apud LIMA, 2002, p.47). Para

isso, a solução não é colocar uma disciplina na grade curricular de uma, duas ou três horas/aulas semanais para a formação da cidadania, nem impor a obrigatoriedade da hora cívica, como já o foi em outras épocas e como pretende alguns parlamentares, mas que a escola vivencie no seu cotidiano a cidadania como um todo, para que os resultados sejam positivos. Os alunos precisam conhecer, para aprender a gostar, precisam entender os significados e sua respectiva importância para praticar.

Concorda-se com Perrenout (2005, p.34) quando diz que assim como a língua, a cidadania aprende-se na prática, se a escola quer favorecer a aprendizagem da cidadania, a primeira coisa a fazer, é tornar possível entre os alunos, o exercício da cidadania.

Para o exercício da cidadania, se faz necessária a compreensão e o respeito aos direitos humanos. Só é de fato cidadão, o indivíduo que conhece os seus direitos, usufrui dos mesmos, e em contrapartida, respeita os deveres advindos destes direitos. Complementando esta linha de pensamento Lima (2002, p. 71) afirma que...

A educação escolar para a cidadania só é possível através de práticas educativas democráticas, desta forma, promove valores, organiza e regula um contexto social em que se socializa e se é socializado... promova o potencial democrático, de autonomia e de cidadania, de tolerância e respeito aos direitos humanos.

A escola deve ter sua prática conforme seu discurso. Se ela quer formar verdadeiros cidadãos, a cidadania deve ser vivenciada por todos que dela fazem parte e as ações devem ser direcionadas à esta formação, seja em sala de aula ou nas demais dependências do espaço escolar.

Acredita-se na curiosidade e na sensibilidade nata do ser humano, e que ele nasce para viver em sociedade, portanto, partindo destes pressupostos, pretende-se que os professores e os alunos, acreditem que a melhoria da sociedade como um todo, depende da participação e das ações de cada um.

Não se tem regras e normas para se aprender a cidadania, pois cidadania é uma questão de atitudes, de valores, de identidade. Hoje, a cidadania é livremente assumida, sem doutrinação, com respeito aos direitos humanos, espírito crítico, livre arbítrio, igual dignidade para todos. A cidadania se aprende na prática e o que se pretende é favorecer esta aprendizagem.

Para que se possa formar o cidadão crítico, autônomo, participativo, com princípios éticos, sociais e culturais é preciso desenvolver no aluno a capacidade de se conhecer, se perceber, ser coerente com seus valores, enfim que viva a cidadania a todo tempo e lugar. E para isso, precisa-se do engajamento aos mesmos propósitos, de todos aqueles que querem colaborar na construção de uma sociedade melhor.

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção. (LIMA, 2002, p. 42)

9 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Para conseguir atingir os objetivos propostos, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa de cunho investigativo e interpretativo sobre o tema proposto.

Para embasar a Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola no Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila, elaborou-se um Caderno Temático, o qual é composto de textos sobre o tema “Cidadania”, a partir do qual, em grupos de estudos com a direção, pedagogos, professores e funcionários possibilitarão a reflexão sobre a construção histórica da cidadania e a importância da participação do cidadão no meio, levando a uma prática escolar para a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.

Para delimitar o Projeto de Implementação na Escola, estabeleceu-se, em um primeiro momento, que os professores que atuam com as turmas de 5ª séries do Ensino Fundamental do período da tarde, apliquem os conhecimentos e reflexões realizadas no grupo de estudos.

Será respondido um questionário pelos professores e alunos antes de iniciar a implementação do projeto, e o mesmo questionário, posteriormente, para estabelecer comparativos e avanços conseguidos relacionados ao tema proposto.

Pretende-se ao longo do trabalho, construir coletivamente atitudes a serem vivenciadas no cotidiano dos participantes no espaço escolar e na comunidade.

Será organizado um mural no saguão, onde ficarão expostos para os alunos do Colégio e para comunidade, os textos, poemas, letras de músicas, discutidos e refletidos com os alunos, assim como o resultado do trabalho desenvolvido em sala de aula. Todo o material

exposto no mural será sistematizado e resultará na confecção de um livro que comporá o acervo da Biblioteca do Colégio.

Serão realizadas Assembléias de Avaliação com os professores e alunos envolvidos, além da direção, pedagogos e funcionários, quando serão levantados os pontos positivos e negativos e a relevância do Projeto de Intervenção desenvolvido pela Professora PDE.

A partir dos resultados, pretende-se expandir o projeto para as demais turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Colégio em questão.

Será elaborado o Artigo Final, sistematizando as experiências na implementação do Projeto, o que ocorrerá no decorrer do ano letivo de 2009.

10 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS/ANO
Fundamentação teórica e elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola	Março a julho de 2008
Fundamentação teórica e elaboração do Caderno Temático	Agosto a dezembro de 2008
Encontros de Orientação e revisão bibliográfica	Março de 2008 a novembro de 2009
Apresentação do Projeto de Implementação Pedagógica à direção, pedagogos, professores e funcionários.	Fevereiro de 2009
Grupo de Estudos de Apoio a Implementação na Escola	Abril a junho de 2009
Trabalho com os alunos das turmas de 5ª série	Mai e junho de 2009
Elaboração de atitudes cidadãs	Mai e Junho de 2009
Organização de Mural e Livro com o trabalho e resultados da Implementação do Projeto em sala de aula	Mai e Junho de 2009
Assembléias avaliativas	Julho de 2009
Elaboração do Artigo Final	Março a novembro de 2009
Entrega do Artigo Final	Dezembro de 2009

ANEXO 7 - PLANO DE TRABALHO PDE QUATRO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

PLANO DE TRABALHO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

1 – IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Prof. PDE: DARCY VIGLUS

1.2 Área PDE: História

1.3 NRE: Ponta Grossa

1.4 Professora Orientadora IES: Angela Ribeiro Ferreira

1.5 IES: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

1.6 Escola de Implementação: Colégio Estadual Prof.^a Linda S. Bacila

1.7 Público objeto de intervenção: Alunos do Ensino Médio do período noturno

2 – TEMA: Cinema - História na escola.

3 – TÍTULO: O ensino da história através de filmes: um diferencial na sala de aula

4 – JUSTIFICATIVA:

Na sociedade capitalista em que vivemos a mídia ocupa um espaço bastante significativo na vida das pessoas. Sendo assim, a escola não pode ficar alheia a essa realidade, ignorando que as crianças e jovens estão em contato, mesmo antes da escola, a produções midiáticas. Surge então a necessidade de novos procedimentos teórico-metodológicos, envolvendo as práticas pedagógicas com as novas tecnologias de informação. Portanto, os educadores precisam estabelecer uma relação positiva da mídia com o espaço educativo buscando, através dos meios de comunicação, novas dinâmicas que possibilitem formar cidadãos capazes de entender, discutir e agir nesse mundo imerso na mídia.

A educação deve ter como papel principal o desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade para tanto, ela precisa modificar-se constantemente, observando as mudanças ao redor, essencialmente o desenvolvimento tecnológico e a influência que a mídia exerce na vida contemporânea. O desafio dos educadores é estimular no ambiente escolar, o envolvimento da mídia nos objetivos educacionais para desenvolver valores e atitudes que contribuam para a construção da reflexão e do entendimento dos educandos. Os filmes transmitem mensagens que traduzem valores culturais, sociais e ideológicos de uma sociedade, dessa forma podem ser um instrumento para estimular os jovens ao conhecimento da cultura geral.

Qualquer filme, independente da sua temática e de seu gênero pode ser um documento para o estudo do passado remoto e recente. Afinal, as imagens em movimento, embora não traduzam a realidade, podem ser um elemento interessante para perceber as formas de apresentação da realidade, sob aspectos sócio-culturais de pessoas inseridas em contextos que podem colaborar na construção do conhecimento histórico.

Neste sentido, justifica-se o uso de filmes em aulas de História, porque eles contribuem para a contextualização dos temas propostos pelo professor e, em uma forma prazerosa de análise posterior dos alunos.

Ver filmes é uma prática social tão importante do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto à leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais. Dentro do contexto da utilização do cinema como veículo, ferramenta de ensinar temos a oportunidade de focar aspectos históricos, literários e cinematográficos, seja de forma separada e/ou em conjunto. Através destas possibilidades podemos trabalhar com os temas transversais, estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estes constituem uma possibilidade do saber, da memória, do raciocínio, da imaginação, e da estética entre outros, ou seja, de integração dos saberes.

Fazer contato com o mundo do cinema é uma experiência única e marcante. O presente projeto justifica-se para estimular desde cedo aos adolescentes e jovens o hábito de assistir a um filme e, ainda, aprender história de forma contextualizada através das novas tecnologias. Educar pelo cinema é ensinar a ver diferente. É educar o olhar. É decifrar os enigmas da modernidade na moldura do espaço imagético.

Cinéfilos e consumidores de imagens em geral são espectadores passivos. Na realidade, são consumidores pelas imagens. Aprender a ver cinema é realizar esse rito de passagem do espectador passivo para o espectador crítico.

Para Napolitano (2006, p.89), “A sala de aula já vem incorporando, e sofrendo a intervenção dos meios de comunicação de massa com a utilização de jornais, revistas, programas de televisão. Porém, é preciso ver que esses meios podem ser considerados como salas de aula, como espaços de transformação de consciência, de aquisição de conhecimentos; que eles dependem de uma pedagogia crítica e que o sucesso dessa pedagogia crítica depende de como vamos ver e ouvir os produtos da indústria cultural.”.

Portanto, o cinema na escola necessita de uma metodologia consistente e aplicável. E a tarefa de exhibir filmes na escola, modificando a prática pedagógica, é um fato que precisa ser colocado em prática através de um processo coletivo de educadores de todas as áreas do conhecimento e, não somente uma atitude dos professores de história. Diante do exposto, pode-se entender que o cinema é uma ferramenta de trabalho motivadora, inovadora, bem como instrumento capaz de envolver várias disciplinas e conteúdos programáticos num mesmo momento. De acordo com Napolitano (2006, p.12) “a utilização do cinema na escola pode ser inserida, em linhas gerais, num grande campo de atuação pedagógica”. Uma das justificativas mais comuns para o uso do cinema na educação é que o cinema motiva para o processo de aprendizagem.

5. Problema/ Problematização:

O processo tradicional de ensino não é mais capaz, sozinho, de realizar a tarefa de ensinar, ela está além de suas possibilidades, hoje a educação precisa ultrapassar a sala de aula e atender às necessidades imediatas da sociedade. A relação entre cinema e o conhecimento, no entanto vai além do campo da educação formal. Os novos métodos educacionais devem contar principalmente com a utilização dos meios de comunicação, como o rádio e o cinema. Métodos, aliás, que não são novos, desde os primórdios da produção cinematográfica a indústria do cinema sempre foi considerada, inclusive pelos próprios produtores e diretores, um poderoso instrumento de educação e instrução.

Não é possível ignorar o impacto causado pela criação e difusão do cinema e outros meios de comunicação de massa nas sociedades dos séculos XX e XXI. De maneira geral, os documentos visuais são utilizados de forma marginal e secundária. A relação entre cinema e

educação, inclusive a educação escolar, faz parte da própria história do cinema, onde o que é específico do cinema em relação ao conhecimento é que este está contido na imagem, ou melhor, na edição de imagens.

No Brasil o início do emprego do cinema no ensino pode ser datado de 1910, quando foi criada a Filmoteca do Museu Nacional. Em 1912, o professor Roquete Pinto trazia da região da atual Rondônia, os primeiros filmes de índios Nambiquaras. A partir de então, o cinema educativo começou a aparecer em diversos pontos do país.

Nesse mesmo período, década de 1910, os anarquistas desenvolveram uma intensa reflexão sobre os usos do cinema, como um instrumento a serviço da educação do homem, do povo e da transformação social. Para dar conta de promover essa transformação social, o trabalho deve acontecer desde a formação do professor, que por sua vez deve considerar os saberes do aluno e passarem a construir juntos o conhecimento. O saber é um saber plural, oriundo da formação profissional; de saberes disciplinares, curriculares e experiências. A escola não pode estar centrada em si mesma diante das constantes mudanças que ocorrem na sociedade e na vida contemporânea das pessoas.

No entanto, percebemos ainda, quanto ao ensino de História, métodos ultrapassados, vinculados a lições e memorizações, em consequência encontramos cada vez mais jovens desinteressados e desmotivados com o caráter decorativo das aulas. Analisando esse contexto, a proposta desse trabalho é investigar a questão de como construir uma História mais atrativa ao público escolar, através da utilização de filmes na aula de história?

A atuação da mídia na sociedade exige dos educadores posturas diferenciadas de aprendizagem com novos procedimentos metodológicos. Diante disso, como podemos incentivar os profissionais envolvidos com a educação a educar os alunos na linguagem audiovisual? Como aplicar a linguagem midiática em sala de aula de maneira a estimular a reflexão? Como utilizar o cinema para compreender e construir o saber histórico?

6. Objetivos:

6.1. Objetivo geral:

I - Ampliar a visão dos educadores, por meio de subsídios teórico-reflexivos que conduzam a utilização de metodologias e linguagens diferenciadas, com o intuito de construir uma História mais atrativa para os alunos e que considere o papel das mídias na sociedade contemporânea.

6.2. Objetivos específicos:

- Refletir sobre a importância de trabalhar com o cinema em sala de aula para desenvolver espectadores de cinema que podem distinguir ficção de realidade;
- Evidenciar o saber histórico do filme, desvinculando sua mentalidade comercial e conduzindo para a reflexão e comparação com outras fontes de pesquisa;
- Produzir materiais que desenvolva a consciência crítica e reflexiva em torno das mídias, em especial o cinema;
- Refletir sobre a contribuição da linguagem audiovisual para a construção do conhecimento histórico;
- Enriquecer a prática pedagógica, por meio da utilização de filmes como elementos estratégicos para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

7 – Fundamentação Teórica/Revisão Bibliográfica:

Atualmente a imagem surge como uma das tecnologias que mais influenciam o pensamento e a formação do indivíduo então, como poderá ser aproveitado o potencial educativo dos filmes? Como utilizá-los de maneira a proporcionar uma reflexão por parte dos alunos, sobre as formas de abordagem e interpretação histórica? Diante dessas considerações, buscaremos construir um meio que facilite a aprendizagem, fazendo com que o aluno encontre uma nova maneira de pensar e entender a História, uma opção interessante e motivadora, que não seja meramente ilustrativa e nem substitua o professor, mas, que seja um momento crítico e reflexivo de aprofundamento da História. Um momento, como diria Milton Almeida (1994), de alfabetização midiática.

A inclusão de novas formas de construir o processo de ensino aprendizagem, é uma medida necessária para uma formação integral e adequada às características culturais do cidadão das sociedades modernas.

O cinema torna-se uma proposta educativa evidente, quando representa um instrumento de mudança social, pelas vias das técnicas e da ciência. Considerado como uma ferramenta educacional tem a oportunidade de inserir na sala de aula como possibilidade do processo educacional e percorre etapas: impressão da realidade, identificação e interpretação. Ao considerarmos os conhecimentos e saberes contidos nos filmes, transcendemos o uso do cinema e do audiovisual como ilustração, motivação e exemplo. Cinema é arte. “As artes auxiliam na formação do cidadão ao”:

[...] Favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana. [...] Torná-lo capaz de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos e movimentos que estão à sua volta. [...] Auxiliá-lo a compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade (NAPOLITANO 2003 p.47).

Assim, tratar questões históricas como: diversidade cultural, modos de produção, trabalho compulsório, civilizações, mentalidade de uma determinada sociedade, gênero e tantas outras com ajuda de filmes bem escolhidos e analisados previamente pelo professor, proporcionarão aos alunos uma compreensão infinitamente maior dos conceitos e possibilitarão a eles construir suas percepções como sujeitos históricos.

Nesse sentido, percebemos que o cinema na escola ainda é encarado como uma ilustração do que foi falado, neste caso o papel do filme é secundário. Por outro lado, no cotidiano de vida do nosso aluno observamos que a maioria das pessoas estão sendo educadas por sons e imagens, pela grande quantidade de horas que assistem televisão. E, é de se estranhar que teorias da educação não lidem com alfabetização por meio de imagens e sons.

Segundo ALMEIDA (1994, p. 12), “ver filmes, analisá-los, é a vontade de entender a nossa sociedade massificada, praticamente analfabeta e que não têm uma memória escrita”. Neste sentido levantaremos propostas alternativas de inserção dos meios de comunicação e das novas tecnologias na prática pedagógica, considerando suas diversas linguagens discutindo as contribuições que podem dar, o discurso publicitário, a linguagem radiofônica, a cinematográfica para o processo de ensino e de aprendizagem e, além disso, discutir sobre as relações entre a sociedade da informação e a educação.

Dentro desse contexto NADAI (1993, p. 84) também aborda a necessidade de construir uma prática pedagógica crítica, associada aos tempos atuais e que possa contribuir para uma aprendizagem significativa. Como afirma:

[...] a relação negativa, de ódio, da juventude para com a disciplina; a decoração como atividade precípua de aprendizagem; o conhecimento pronto e acabado e, o reconhecimento de que é necessário buscar a superação da teoria e de práticas que tradicionalmente informam o exercício da disciplina histórica.

Neste contexto, FEILITZEN (2002) aborda uma seleção de autores com o intuito de mostrar como as crianças de diversos países do mundo têm participado da mídia e exemplos de educação para a mídia. Nessa coletânea de artigos busca salientar a questão de como ensinar as crianças a desenvolverem e exercitarem o seu julgamento e a serem seletivas com relação aos produtos que as mídias colocam a sua disposição, bem como a experiência de crianças com seus processos de produção.

Com o intuito de buscar práticas a respeito do ensino através de filmes encontramos VESENTINI (1997) onde o autor conta várias experiências realizadas, voltadas para o ensino do tema “Sistema de fábricas” em sala de aula. Para isso utiliza os filmes: Fritz Lang. Metrópolis (1926), Renê Clair. A nós a Liberdade (1931), Charles Chaplin. Tempos Modernos (1936), Elio Petri. A classe operária vai ao paraíso (sem ano).

A utilização de metodologias diferenciadas e analisando a contribuição da linguagem audiovisual para a construção do conhecimento histórico constitui-se um dos maiores referenciais de nossa prática pedagógica.

Percebemos que a utilização de um filme em sala de aula é de total importância para o desenvolvimento de um saber crítico e consciente por parte do educando.

Neste sentido, FERRO (1976, p. 11), coloca que um filme oferece inúmeras possibilidades de análise, visto que a história esta sempre se transformando e o cinema coloca a realidade atual que pode ser reflexiva dentro do contexto escolar. O autor comenta que:

[...] entre o cinema e a história, as interferências são múltiplas, por exemplo: na confluência entre a História que se faz e a História compreendida como relação de nosso tempo, como explicação do devir das sociedades. Em todos esses lugares o cinema intervém.

No entanto o cinema não deve ser compreendido apenas no imaginário, voltado para o consumo de massa, transformando-se em fonte de lucro. Deve-se prever e analisar as pressões sociais e econômicas que envolvem o filme.

[...] essa máquina, voltada, não à fabricação de bens materiais, mas à satisfação de carências imaginárias, vem suscitar uma indústria de sonho. Foi devido a isso que

todas as determinações do sistema capitalista presidiram à origem e expansão da economia do cinema (MORIN, 1970, P.13).

Diante disso, cabe ao educador analisar previamente o filme proposto, levantando os objetivos que se propõe desenvolver.

Para tanto, buscaremos um referencial para reflexão a respeito da didática utilizada em sala de aula. Abordaremos a questão sobre as diversas práticas pedagógicas e a importância de um embasamento teórico, da preparação prévia do professor para uma atuação na prática com mais firmeza e clareza dos seus objetivos.

Segundo FONSECA (2004), é de total importância que nos preparemos previamente para uma atuação clara em sala de aula, procurando atingir os objetivos propostos e um maior entendimento por parte do aluno.

[...] com relação à operacionalização do trabalho em sala de aula, acreditamos ser de extrema importância a preparação prévia do professor, ou seja, ele deve ter domínio em relação ao filme e clareza total da inserção do filme no curso, bem como dos objetivos e do trabalho a ser realizado após a projeção (FONSECA, 2004, p.181).

É importante ressaltar que dentro de um filme estão presentes várias intervenções que podem modificar o embasamento histórico relatado. Desta forma o professor deve resgatar para a análise crítica do aluno, mostrando-o o que realmente aconteceu e conduzindo-o para a reflexão. Os lapsos do criador, da ideologia, da sociedade, constituem-se reveladores importantes para o estudo da História (FERRO, 1976, p.105).

Esses lapsos devem ser aproveitados pelos educadores, transformando-o em um vasto campo de investigação, permitindo analisar os fatos não visíveis e colaborando para uma pesquisa histórica significativa.

Contudo percebemos que, se o filme não for planejado de forma adequada pelo professor, o fascínio pelas imagens e pelo enredo pode confundir o aluno.

[...] o imaginário confunde, numa mesma osmose o real e o irreal, o fato e a carência, não só para atribuir à realidade os encantos do imaginário, como para conferir ao imaginário as virtudes da realidade (MORIN, 1970, p.251).

Portanto, o cinema é um veículo de comunicação de massa que pode modificar culturas, impor políticas e ideologias diferenciadas ao espectador.

Nesse sentido o professor que utilizar o cinema na sala de aula deve ter claros os objetivos que almeja atingir e a forma como vai conduzir a discussão para uma reflexão consciente do aluno.

Diante disso, a proposta que fazemos é transpor a didática do saber histórico através dos filmes, procurando refletir sobre a linguagem da mídia em sala de aula, no que diz respeito ao saber histórico.

Com clareza de que o filme possui um valor imprescindível como documento, tornando-o objeto de pesquisa e análise é que o colocamos como uma ferramenta de apoio fundamental nas aulas de História.

Percebemos que a visualização abrange todos os sentidos do aluno, além de ser uma maneira prazerosa de o aluno aprender.

[...] trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte (NAPOLITANO, 2003, p.11).

8- Metodologia/Estratégias de Ação:

Nas primeiras décadas do século XX, a História passou por uma verdadeira metamorfose teórica. Os Annales, corrente francesa fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, propõem novas fontes, novas abordagens e novas metodologias, e estes já estimulavam o uso de fontes não verbais.

Segundo Cardoso e Mauad, os Annales conclamavam em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogre da lenda, **a carne humana** - em qualquer lugar que pudesse ser encontrada em quaisquer meios (CARDOSO, 1997, p. 93).

Dentro dessa perspectiva libertadora e ilimitada onde tudo é, a priori, história, destacam-se todos os agentes sociais, individuais e coletivos e surge a necessidade de relativizar não só as relações entre esses sujeitos, mas também a temporalidade no decorrer dos processos históricos. Diante dessas considerações, configura-se a necessidade da utilização de diversas metodologias, fontes e linguagens para a construção de uma história mais atrativa para os jovens desinteressados e desmotivados diante de repetições, decorações e nulidade analítica. Dentre as linguagens que podem ser abordadas no estudo da história, estão à literatura, a música, a cultura material e imaterial, o teatro, as artes plásticas e o

cinema. O olhar cinematográfico enriquece nosso olhar sobre a educação e sobre o processo escolar.

O cinema pode ser definido como uma educação informal, que necessita de uma metodologia para melhor aproveitamento na sala de aula. Diante a perspectiva de novas práticas pedagógicas do trabalho na sala de aula através de mídias, o presente projeto terá como objeto norteador a análise de como melhor utilizar o filme nas aulas de história, para que a exibição do filme não se torne uma atividade isolada e lúdica e, sim uma fonte primária e real do processo ensino aprendizagem, onde o professor deve, segundo Ferro, “[...] partir da imagem das imagens. Não buscar nelas somente ilustração, confirmação ou o desmentido de outro saber que é o da tradição escrita” (1992, p.34). Fomentar o interesse e uma postura crítica nos alunos ao passar uma película é o nosso objetivo maior, para isso, faz-se necessário uma seleção e análise criteriosa dos filmes a ser utilizados em sala de aula como recurso pedagógico.

Partiremos então, do levantamento de filmes em Dvds existentes nas vídeo locadoras da cidade, bem como, do material mídico existente no Núcleo Regional de Educação, disponibilizado pela Coordenação de História para os professores da Rede Estadual do município. Paralelamente a esse levantamento, pretende-se levar ao universo de dez colégios estaduais um questionário com perguntas abertas e fechadas, para ser respondido pelos professores de história desses estabelecimentos, para sabermos como metodologicamente os mesmos trabalham com o filme em sala de aula. A partir dessa constatação e análise de dados, pretende-se construir um caderno pedagógico que venha auxiliar o trabalho dos professores de história da Rede Estadual, com análises e indicações de filmes temáticos que, estejam relacionados com os conteúdos estruturantes da disciplina de história (trabalho, cultura e poder), bem como, com os temas transversais dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Como por exemplo, o filme brasileiro **O Amuleto de Ogum**, de direção de Nelson Pereira dos Santos que apresenta conflitos entre marginais da Baixada Fluminense, numa trama que envolve crimes, lutas e práticas religiosas afro-brasileiras destinadas ao “fechamento do corpo” dos protagonistas.

O filme **Amistad**, com direção de Steven Spielberg, também pode ser citado, pois, o seu enredo trata de um navio espanhol, que no século XIX é capturado na costa americana, contendo 53 escravos negros amotinados a bordo. Ao chegar a território americano, eles são levados a um grande julgamento que cria polêmica entre os abolicionistas e os conservadores

do país. Ambos os filmes aqui citados, podem ser trabalhados nos temas transversais, bem como, privilegiando os conteúdos estruturantes de trabalho e cultura da disciplina de história, pois; no primeiro, o aspecto da religiosidade e os aspectos sociais são bastante relevantes, podendo se fazer a interdisciplinaridade com a disciplina de Sociologia.

Filmes como: “Os últimos dias de Hitler”, “Pearl Harbor”, “Spartacus”, “O que é isso companheiro?”, de cunho histórico são também bastante atrativos para os alunos. Porém, tanto faz o gênero/histórico, comédia ou drama, sempre haverá uma análise a ser feita pelo professor. Enfim, um objetivo a ser alcançado pelo professor conforme afirma Napolitano, “(...) o professor têm que ter sempre em mente um conjunto de objetivos e metas a serem atingidos, procurando aprimorar os instrumentos de análise histórica e filmática” (2006, p.37).

Na escolha do filme, outro item importante a ser considerado é a faixa etária da turma, a linguagem a ser utilizada no filme, a duração do mesmo, o gênero que melhor pode se adequar ao tema que está sendo trabalhado, como algumas das questões a serem levantadas antes de inserir uma película numa seqüência didática. Assim, todas essas questões serão analisadas e elencadas por nós no caderno pedagógico onde estarão propostas de como se trabalhar com filme na sala de aula e com exemplos práticos relacionados ao ensino da História, pois, através da elaboração do mesmo ao término da execução de nosso projeto, pretendemos auxiliar o professor em seu trabalho pedagógico ao utilizar filmes nas aulas de história, para que elas possam tornar-se mais atraentes e produtivas. O trabalho posterior, de intervenção será desenvolvido no Colégio Estadual Profª Linda S. Bacila, no 2º Semestre de 2008 e 1º semestre de 2009, com os alunos do Ensino Médio do período noturno.

Produzir um artigo final sobre o nosso trabalho também é o nosso objetivo maior, para ser depois compartilhado com os professores do colégio de origem do professor PDE e demais educadores da Rede Estadual de Ensino.

Assim, compreendemos que o cinema aproxima os alunos de situações, pessoas, cenários e sons do passado e do presente. Mas é preciso saber explorar esse importante recurso pedagógico para que a aula não seja simplesmente uma sessão de pipoca e caia no vazio.

Portanto, entenda-se que esta metodologia por si só não resolverá a problemática da educação no Brasil, porém o professor ao optar por essa prática pedagógica deve estar preparado para buscar todas as fontes possíveis, tomando como base o contexto sócio-histórico-cultural.

Enfim, o cinema na sala de aula atua como elemento de aprimoramento cultural dos docentes e discentes. E, ao mesmo tempo, problematiza para além da ciência da história, o uso do cinema no campo educacional.

9. Cronograma das Ações:

Atividades	1º Semestre 2008	2º Semestre 2008	1º Semestre 2009	2º Semestre 2009
Elaboração do plano de trabalho				
Pesquisa para fundamentação teórica				
Elaboração do material didático				
Encontros de área				
Tutoria no GTR				
Discussões no GTR				
Implementação da proposta de trabalho na escola				
Produção do artigo final				
Encontros de orientação com professores da UEPG				

10. Referências Bibliográficas:

ADORNO...[et al]; **Teoria da cultura de massa; introdução**. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima- 3ª ed. R J ; Paz e Terra.

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e Sons: A nova cultura oral**. São Paulo: Cortez,1994.

ARAÚJO, Inácio. **Cinema: o mundo em movimento**. Scipione, 1995 Janeiro a mar.

CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os Exemplos da Fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e metodologia**. 13ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CITELLI, Adilson. **Outras linguagens na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Antonio e LOUZADA, Nilson Molin. **Compreender o cinema**. Ed Globo, 1989.

- DIEZ, Carmem Lúcia Fornari e HORN, Geraldo Balduino. **A construção do texto acadêmico**: manual para elaboração de projetos e monografias. Curitiba: 2002.
- FEILITZEN, C.V., CALSSON, V. **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.
- FERRAZ, Liz de Oliveira Motta. **Cinema na escola**: revista do professor.ano XXIII-nº8, Março de 2007.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FONSECA, Claudia Chaves. **Os meios de comunicação vão à escola?** Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2004.
- FONSECA, Silva G. **Didática e prática de ensino**: Experiências, reflexões e aprendizagens, 2 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- LANGER, Gene. **Metodologia para a análise de estereótipos em filmes históricos**. Revista História Hoje. São Paulo, nº5, 2004.
- MORAN, José Manuel, et all. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.
- MORIN, E. **O cinema ou o homem imaginário**. Trad. Antonio Pedro Vasconcelos. Lisboa: Moraes, 1970.
- NADAI, Elza. **O ensino da História no Brasil**: Trajetória e Perspectiva. Revista Brasileira de História. São Paulo, nº25/26, 1993.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SARTORI, A, ROESLER, J. **Educação superior a distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais impressos e on-line**. Tubarão: Editora Unisul, 2005.
- SARAMAGO, J. **Ficção como história, história como ficção**. Folha de São Paulo, 30 de abr. 1988.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **História e Ensino: o tema do sistema de fábricas visto através de filmes**. In Bittencourt, Circe. (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.
- WEYERGANS, Franz e DELGADO, Rute. Tu e o cinema. Civilizações, 1971.**